



**UNIVERSIDADE DO MINHO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS**

**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ESTADO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA:  
O CASO CABO-VERDIANO**

**BELINDA SORAIA ANDRADE PINTO**

**Mindelo, 2014**



**Departamento de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais**  
**Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais**

**TÍTULO DA MONOGRAFIA:**

**Estado dos partidos políticos na época contemporânea:**  
**O caso Cabo-Verdiano**

**AUTORA:** BELINDA SORAIA ANDRADE PINTO

**ORIENTADOR:** MESTRE ARCÁDIO LOPES

**MINDELO, 2014**

**Autora:** Belinda Soraia Andrade Pinto

**Título:** Estado dos partidos políticos na época contemporânea:

O caso Cabo-Verdiano

### **Declaração de Originalidade**

Declaro que esta monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia.

A Candidata,

Belinda Soraia Andrade Pinto

Mindelo, 04 de Julho de 2014

"

“Trabalho apresentado à Universidade do Mindelo como parte dos requisitos para obtenção do grau de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais”.

A minha mãe, Joana Andrade.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de expressar a minha gratidão a todos que de alguma forma me ajudaram a realizar este trabalho. Sou especialmente grata a minha mãe, meu padrasto e o meu namorado, sem os quais nunca alcançaria os meus objectivos.

Ao meu pai por ter contribuído com os documentos sem os quais não seria possível a realização do trabalho.

Ao meu orientador Mestre Arcádio Lopes pela ajuda durante o trabalho.

Ao Doutor Onésimo Silveira, pelas correcções e sugestões feitas ao trabalho.

As elites políticas, entrevistados pela disponibilidade e colaboração.

A Universidade do Mindelo, em especial a coordenadora do curso pela dedicação e boa vontade.

A todos aqueles que não sendo mencionados aqui, ajudaram e incentivaram a conclusão deste trabalho.

## RESUMO

Este trabalho, intitulado “Estado dos partidos políticos na época contemporânea: o caso Cabo-Verdiano” pretende analisar se existe ou não uma crise dos partidos políticos em Cabo Verde.

Procuramos evidenciar ao longo do trabalho que, apesar de muitas evidências convincentes sobre a crise dos partidos políticos, nomeadamente, a crise de mediatização política e social, o esvaziamento dos partidos políticos, a apatia política, desconfiança dos cidadãos perante as instituições e consequentemente diminuição da participação política, não há dúvidas que são elementos de vital importância em um regime democrático. Partindo desta premissa, procurou-se analisar e compreender o estado dos partidos políticos em Cabo Verde, nomeadamente, se estes estão ou não em crise, através de contribuições teóricas de autores nacionais e internacionais, operacionalizando estas teorias com os dados empíricos provenientes de sites oficiais, nomeadamente o afrobarómetro e através de entrevistas para apreender as opiniões de algumas elites políticas Cabo-Verdianas sobre os partidos políticos em Cabo Verde.

Palavras-chave: Crise dos Partidos; Identificação partidária/ filiação partidária; desvinculação ideológica

## **ABSTRACT**

This work, entitled "state of political parties in the contemporary era: the Cape Verdean case" to examine whether or not there is a crisis of political parties in Cape Verde.

Tried to make clear throughout the work, although many convincing evidences about contemporary thesis argue that the crisis of political parties, namely, the crisis of political and social mediation, the emptying of political parties, political apathy, distrust of citizens before the institutions and consequent decrease political participation, there is no doubt these elements are of vital importance in a democratic regime . On this assumption, we tried to analyze and understand the state of political parties in Cape Verde, particularly if they are in crisis, through theoretical contributions of national and international authors, operationalising these theories with empirical data from official sites, including the Afrobarometer and through interviews to capture the opinions of some Cape Verdeans political elites on political parties in Cape Verde .

Keywords: Crisis of Parties; Identifying partisan / party affiliation; Ideology untying

## **LISTA DE SIGLAS**

PAIGC - Partido Africano da independência da Guiné e Cabo Verde

PAICV- Partido Africano da Independência de Cabo Verde

MPD- Movimento para a Democracia

UCID- União Cabo-Verdiana Independente e Democrata

PCD - Partido de Convergência democrática

PRD - Renovação Democrática

CNE- Comissão Nacional de Eleições

BO – Boletim oficial



# ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	iii
RESUMO .....	iv
ABSTRACT .....	v
LISTA DE SIGLAS .....	vi
ÍNDICE DE TABELAS .....	ix
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	ix
INTRODUÇÃO .....	1
METODOLOGIA .....	3
CAPITULO I .....	4
1. Gênese e evolução dos partidos políticos .....	4
2. Fins e funções dos Partidos Políticos .....	8
3. Tipologias dos Partidos Políticos .....	10
CAPITULO II .....	15
QUADRO TEÓRICO DE ANALISE .....	15
1. Partidos Políticos .....	15
2. Sistemas de partidos .....	17
3. Ideologias políticas .....	18
4. Filiação partidária/ identificação partidária .....	20
5. Crise .....	21
CAPITULO III .....	23
DEBATE TEÓRICO SOBRE A CRISE/ TRANSFORMAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA .....	23
CAPITULO IV .....	38
OS PARTIDOS POLÍTICOS EM CABO VERDE .....	38
1. O PAIGC e a independência de Cabo Verde .....	38
2. Gênese e evolução dos principais partidos políticos Cabo-Verdianos .....	39

i. O PAICV: Partido Africano para a independência de Cabo Verde .....	39
ii. O Movimento para a Democracia (MPD) .....	40
iii. União Cabo-Verdiana independente e Democrata (UCID) .....	41
3. Mudança do sistema Partidário Cabo-Verdiano: De um sistema monopartidário ao Sistema bipartidário .....	41
CAPITULO V .....	44
1. Estado dos Partidos políticos em Cabo Verde .....	44
i. Abstenção eleitoral .....	44
ii. Avaliação da Democracia .....	47
iii. Identificação partidária .....	49
iv. O sistema de partido .....	50
v. Relação dos cidadãos com os atores políticos .....	51
vi. Nível de confiança dos cidadãos em relação aos partidos Políticos .....	53
vii. Os Partidos políticos e os grupos de pressão .....	55
viii. Os partidos políticos e os média .....	57
ix. O posicionamento Ideológico dos Partidos Políticos .....	58
x. A adaptabilidade dos partidos face às mudanças .....	61
CONCLUSÃO .....	63
BIBLIOGRAFIA .....	68
ANEXO .....	73

## **ÍNDICE DE TABELAS**

Quadro 1: Resultados das eleições Legislativas em Cabo Verde de 1991 - 2011.....	44
Quadro 2: Numero de Deputados eleitos por partido (1991 - 2011) .....	50
Quadro 3: Relação dos atores políticos (%).....	51
Quadro 4: Nível de confiança dos cidadãos nas instituições Cabo-Verdiana.....	52

## **ÍNDICE DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Resultados das eleições Legislativas em Cabo Verde de (1991- 2011).....	44
Gráfico 2: Percepção dos cidadãos sobre a democracia.....	47
Gráfico 3: Satisfação com a Democracia (2002- 2008).....	48
Gráfico 4: Identificação partidária (2002, 2005 e 2008) .....	49

## INTRODUÇÃO

“Os partidos políticos e os sistemas partidários constituem indubitavelmente o objecto central da ciência política e são quase sempre e em toda a parte os protagonistas da vida dos sistemas políticos” (PASQUINO, 2002, p. 179)<sup>1</sup>. Este assunto tem sido discutido dentro da ciência política desde os principais clássicos como Maurice Duverger, Sartori entre outros, apresentando uma bibliografia vasta com diferentes pontos de vista.

Segundo Joaquim Aguiar (1990)<sup>2</sup>, os partidos são os elementos mais importantes de um sistema político democrático – tão importantes que uma crise dos partidos implica uma crise da democracia, e não apenas uma crise política em democracia.

Apesar da importância dos partidos políticos para as sociedades democráticas vários autores consideram que estamos perante uma crise dos partidos políticos, crise de representatividade, legitimidade, organizacional e funcional.

O tema do trabalho consiste na análise do estado dos partidos políticos na época contemporânea, com ênfase nos partidos políticos Cabo-Verdianos.

A escolha do tema deve-se essencialmente ao facto de ser um dos temas centrais da ciência política, e muito discutido no seio dos cientistas políticos da época contemporânea. Apesar de vários cientistas políticos, tanto na Europa Ocidental, América Latina e Estados Unidos terem questionado ou apontado para a existência de uma crise dos partidos políticos, não há dúvidas que são elementos de vital importância em um regime democrático. Assim sendo, o estudo dos Partidos assume importância relevante, principalmente em Cabo Verde onde o tema não tem sido explorado.

Durante o trabalho nos cingimos apenas aos três partidos políticos a saber: PAICV, MPD, e a UCID. A escolha desses partidos deve-se essencialmente ao facto de serem os mais expressivos a nível nacional, e os únicos com assento na Assembleia Nacional.

---

<sup>1</sup> PASQUINO, G. (2002). *Curso de ciência Política*. Cascais, Principia.

<sup>2</sup> AGUIAR, J. (1990). As funções dos partidos nas sociedades modernas. In: *Análise Social*, vol. XXV (107), (3.º), pp.287-331. [Em linha]. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223034142C8oFR2qk4Eq89YH8.pdf>>. [consultado em 27/01/2014].

Sendo um tema muito vasto e tratando-se de uma monografia, cingiremos nos aspectos considerados mais importantes. De outra forma não haveria tempo, nem espaço para analisar os partidos no seu todo. Neste sentido a dificuldade reside na complexidade e convergências com que o assunto é tratado a nível internacional, porem por ser um tema nunca tratado em Cabo Verde não existe material de apoio.

Após o confronto teórico dos diferentes autores sobre a crise dos partidos políticos na época contemporânea, pretender-se responder a seguinte pergunta de partida: Será que existe uma crise dos partidos políticos em Cabo Verde?

Para analisar este assunto é preciso fazer uma abordagem dos partidos políticos desde a sua origem, tipologia, funções e características ideológicas.

O trabalho se estrutura em cinco capítulos, sendo que no primeiro capítulo faremos uma revisão teórica sobre a origem, funções e tipologias dos partidos políticos. O segundo capítulo centra-se no quadro teórico de análise, e nos conceitos fundamentais, nomeadamente Partidos políticos, crise, ideologias, identificação partidária/ Filiação partidária. No terceiro capítulo faremos um debate teórico destacando diversas opiniões acerca da crise/ transformação dos partidos políticos na época contemporânea. No quarto capítulo falaremos sobre os partidos políticos Cabo-Verdianos, a saber: O PAICV, MPD e a UCID. Por ultimo, no quinto capítulo faremos um estudo empírico, através da análise de dados já feitos, e entrevistas a personalidades políticas Cabo-Verdianas, a fim de analisar o efeito que as seguintes variáveis; modernização, a identificação partidária, abstenção eleitoral, desconfiança política, posicionamento ideológico provoca nos partidos políticos em particular no contexto Cabo-Verdiano.

### **Objectivo geral**

- Conhecer e compreender o estado dos partidos políticos em Cabo Verde.

### **Objectivos específicos**

- Entender a transformação/crise dos partidos no contexto da evolução das sociedades.
- Identificar os principais desafios que os partidos enfrentam.
- Analisar os partidos políticos no contexto Cabo-Verdiano.

### **Hipóteses:**

1. Estamos perante uma crise de partidos políticos em Cabo Verde.
2. Não estamos perante uma crise dos partidos políticos, mas sim perante uma transformação dos partidos perante as mudanças que ocorrem na sociedade Cabo-Verdiana;
3. Os partidos políticos são elementos de vital importância para o regime democrático Cabo-Verdiano.

### **METODOLOGIA**

Para a elaboração do trabalho basearemos nos métodos qualitativos e quantitativos. Com base numa abordagem qualitativa, recorreremos a técnicas de pesquisa bibliográfica com vista ao aprofundamento teórico sobre esta temática, através da leitura de livros, artigos científicos para explicar o estado dos partidos políticos na época contemporânea. Faremos um estudo exploratório com vista à compreensão dos fenómenos e poder responder a pergunta de partida. Utilizaremos o método quantitativo, para fazer a análise de dados, gráficos e tabelas do Afrobarómetro, dos Boletins oficiais de Cabo Verde a fim de conhecer o estado dos partidos políticos em Cabo Verde. Ainda optaremos por fazer entrevistas como uma técnica para apreender as opiniões de algumas elites políticas Cabo-Verdianas sobre os partidos políticos em Cabo Verde. Os questionários serão feitas através de perguntas abertas dando possibilidade aos entrevistados de melhor exprimirem as suas opiniões sobre o assunto.

A crise dos partidos políticos constitui a nossa principal variável dependente. Para testar se existe ou não uma crise de partidos políticos, tivemos que recorrer a um conjunto de variáveis independentes (princípios da causalidade), tais como: identificação partidária, modernização, desvinculação ideológica, abstenção eleitoral, cultura política, e mediatização política.

## CAPITULO I

### 1. Génese e evolução dos partidos políticos

Neste capítulo pretendemos explicar a origem e evolução, os fins e funções dos partidos políticos, por último procura-se explicar algumas tipologias dos partidos políticos na perspectiva de diferentes autores.

Muitas vezes afirma-se de forma equivocada que em todas as sociedades políticas organizadas sempre existiram partidos políticos, é um equívoco, pois confundem fracções, de grupos de influência e tendências rivais com partidos políticos (FERNANDES, 2008)<sup>3</sup>.

Até o século XVII, não se utilizava o conceito de partidos para se definir grupos políticos. Este conceito não fazia parte do vocabulário político daquela época. Na Grécia antiga chamavam-se facções a um grupo de seguidores de uma ideia ou doutrina, como forma de definir aquilo que hoje conhecemos por partidos políticos (RAMOS, 2012)<sup>4</sup>.

Duverger (1976)<sup>5</sup>, um dos cientistas políticos mais conceituados da Ciência Política considere a origem dos partidos políticos do seguinte modo:

*« [...] Les partis véritables datent d'un siècle à peine. En 1850, aucun pays du monde (sauf les Etats-Unis) ne connaissait des partis politiques au sens moderne du mot : on y trouvait des tendances d'opinion, des clubs populaires, des associations de pensée, des groupes parlementaires, mais point de partis à proprement parler. [...] De même que les hommes portent toute leur vie l'empreinte de leur enfance, ainsi les partis subissent profondément l'influence de leur origine.[...] La naissance des partis est donc liée à celles des groupes parlementaires et des comités électoraux. Cependant, certains manifestent un caractère plus au moins aberrant par rapport à ce schéma général : leur genèse se place en dehors du cycle électoral et parlementaire cette extériorité formant d'ailleurs leur caractère commune le plus net. Le mécanisme général de cette genèse est simple : création des groupes parlementaires, d'abord ; apparition des comités électoraux, ensuite ; enfin, établissement d'une liaison permanente entre ces deux éléments »<sup>6</sup> (DUVERGER 1976, p.23-24).*

---

<sup>3</sup> FERNANDES, A. (2008). *Introdução a Ciência Política, métodos e temáticas*. Portugal, Porto editora.

<sup>4</sup> RAMOS, A. (2012). *Partidos Políticos na Democracia Cabo-Verdiana: Um estudo de caso (1991-2011)*. Praia. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. [Em linha]. Disponível em <<http://www.portaldokonhecimento.gov.cv/handle/10961/2545>> [consultado em 04/02/2014]

<sup>5</sup> DUVERGER, M. (1976). *Les partis politiques*. Paris, Librairie Armand Colin.

<sup>6</sup> Os verdadeiros partidos remontam apenas a um século. Em 1850 nenhum país do mundo (com excepção dos EUA) conhecia partidos políticos no sentido moderno da palavra. Encontrávamos tendências de opiniões, células populares, associações de pensamento, grupos parlamentares, mas não partidos propriamente ditos. Assim como os homens carregam consigo durante toda a vida as marcas do seu nascimento, os partidos sofrem profundamente influências da sua origem. [...] O nascimento dos partidos está ligado aos dos grupos parlamentares e comités eleitorais. No entanto, alguns mostram características mais ou menos aberrantes, em relação a este padrão geral: sua génese está situada fora do círculo eleitoral e parlamentar, esta exterioridade constitui a sua característica mais clara. O mecanismo geral dessa

Para Moreira (2009, p. 191)<sup>7</sup>, “o ambiente marcou em todos os casos a organização, as funções assumidas, a estrutura interna, o comportamento geral”. Mas o autor não concorda com a posição de Duverger em relação aos partidos de origem externa, pois considera que não ficam suficientemente caracterizados como sendo de origem exterior. Em relação aos partidos de origem parlamentar acredita que surgem da estrutura política liberal, elitista, com um corpo eleitoral reduzido, representam uma consequência da expansão do eleitorado, e uma tentativa de o canalizar e orientar dentro da concepção liberal, que no seu entender “representam respostas a ambientes estranhos ao projecto liberal, muitas vezes constituindo efeitos negativos do sistema.” Para sustentar a sua afirmação cita como exemplos, o aparecimento do proletariado, que o projecto liberal não previa, deu origem ao sindicalismo como forma de representação dentro da sociedade civil. Depois originaram uma representação política própria (os partidos socialistas) uma vez que os seus interesses não estavam previstos no projecto liberal, assim como aconteceu com o ‘labour Party’, nascido em 1899.

*“A luta anticolonialista criou o ambiente que esteve na origem dos partidos populistas das e subtropicais, monopolistas, autoritários, centralizados, muitas vezes militarizados para responder as necessidades de populações párias, sem forma de expressão autónoma no mundo moderno, e sem capacidade para a organizar” (MOREIRA, 2009, p. 192).*

Lopes e Freire, (2002, p. 10)<sup>8</sup>, afirmam que autores como Madison e Tocqueville afirmam que os partidos surgiram onde existiam importantes diferenças de interesses entre a população. Mas para esses autores essa condição embora necessária não é uma condição suficiente, uma vez que para referir a origem dos partidos modernos há que ter em conta factores adicionais, como a mobilização social ou entrada das massas na cena política, a que marcam o surgimento dos primeiros partidos na primeira metade do século XIX (whights e Tories na Grã Bretanha, Democratas e Republicanos nos Estados Unidos, Liberais na Bélgica).

Bonavides (1994)<sup>9</sup>, partilha a mesma opinião ao afirmar que foram a pressão exercida pela classe económica que fez surgir os partidos políticos e pela necessidade de um instrumento de comunicação dos anseios reivindicatórios.

---

gênese é simples: criação de grupos parlamentares, em primeiro lugar; surgimento de comités eleitorais, em seguida: Por último, o estabelecimento de um vínculo permanente entre estes dois elementos. (Tradução nossa)

<sup>7</sup> MOREIRA, A. (2009). Ciência Política. 4 ed, Coimbra, Almedina.

<sup>8</sup> LOPES, F. e FREIRE, A. (2002). Partidos Políticos e sistemas eleitorais. Oeiras, Celta editora.

<sup>9</sup> BONAVIDES, P. (1994). Ciência Política. São Paulo, Malheiros editores.



Embora os partidos Tory e Wights nascidos da revolução de 1648 na Inglaterra tenham sido considerados por muitos como sendo os primeiros partidos, há aqueles que discordam, afirmando que não passavam de tendências de opinião. Uma vez que estes não tinham uma implementação generalizada, nem manifestava apetência pela ocupação e exercício do poder, não são considerados partidos políticos na acepção actual do termo. (FERNANDES, 2008).

Os partidos políticos surgiram com a democracia representativa, mas propriamente no resultado do seu desenvolvimento. “As primeiras instituições democráticas apareceram nos fins do século XVIII com o constitucionalismo, com as declarações de Direitos, com a consagração da teoria de separação de poderes e reconhecimento da soberania popular” (SILVA e ALVES, 2010, p. 294)<sup>10</sup>. Estes autores acrescentam que, o parlamentarismo surgiu com a democracia representativa, quanto os partidos só apareceram em meados do séc. XIX. No parlamento, os deputados com opiniões semelhantes vão formando grupos homogêneos e formam comités eleitorais de apoio a sua candidatura, desta forma surgem os primeiros partidos políticos, a partir da cúpula e são chamados partidos de origem interior, com objectivos que se centram, sobretudo nas eleições parlamentares. Os partidos socialistas surgiram no séc. XIX como uma forma de reacção ao governo parlamentar. Esses aparecendo com o desenvolvimento das teorias socialistas mobilizavam grandes massas operárias. No entender desses autores, esses novos partidos já não abrangem apenas quadros, passam a abranger massas, não apareceram dentro do parlamento para representar as camadas aí existentes, mas sim fora deles e contra o que eles representavam, portanto são chamados partidos de origem exterior, formados muitas vezes a partir de organismos sindicais. Todavia destacam que os partidos de origem exterior não se reduzem apenas aos partidos socialistas criados a partir das organizações sindicais e nem todos são necessariamente partidos de massas, uma vez que as instituições intelectuais, Igrejas ou confissões religiosas, entidades patronais e até organizações clandestinas promoveram a constituição de partidos fora do parlamento.

Destacam ainda que após a primeira guerra mundial os europeus iniciaram uma nova fase de evolução histórica dos sistemas partidários, caracterizada pela subida ao poder ou formação em apoio ao poder de partidos tendo por objectivos programáticos a

---

<sup>10</sup> SILVA, M. e ALVES, D. (2010). Noções de Direito Constitucional e ciência Política. Rei Livros.

destruição do Estado de Direito liberal, esta época é marcada pela crise da democracia liberal e do governo parlamentar. Após a segunda Guerra mundial, também surgiu novos partidos os democratas-cristãos e os sociais-cristãos. E os partidos clássicos alteram-se, ficando mais próximo dos partidos sociais- democratas. Aumenta o número de Estados de Partidos único, tanto no Leste Europeu como também na América Latina. Este período foi conhecido como Estado de Partidos e se estendeu até finais dos anos 50. A partir dos anos 60, o Estado de Partidos enfrenta novos aspectos como:

*“A independência de novos Estados africanos e asiáticos onde se implantam sistemas de partido único, em muitos casos com características diferentes dos vigentes desde as primeiras décadas do século; verifica-se uma transformação progressiva dos partidos em organizações de eleitores, subvalorizando a sua base programática e a sua primitiva estrutura de quadros ou de massas. O que leva os partidos a revestirem-se de uma natureza interclassicista. Provoca a conversão dos partidos conservadores, democratas-cristãos e liberais e traduz-se no aparecimento de formações democráticas de base programática apoiados em lideranças carismáticas [...]” (SILVA e ALVES 2010, p. 297).*

Estas autoras ainda alegam que a partir dos anos 70, o eleitorado torna-se móvel, descrente perante o sistema partidário. Neste contexto, apareceram as representações funcionais, representação de sectores parciais da colectividade com interesses bem definidos, contestando a representação global. Aumenta a influência dos meios de comunicação social e inicia-se a corrida ao seu controlo, porque os partidos apercebem-se de que quem os controlar tem uma grande vantagem eleitoral.

“Os partidos enquanto atores relevantes da arena política emergiram no cenário social somente a partir da era moderna. Sua origem está ligada ao processo de complexificação das sociedades” (SILVA et al. 2011, p. 218)<sup>11</sup>.

Na mesma linha Pasquino (2010), destaca ainda que a expressão fosse utilizada anteriormente, só se pode começar a falar de “partidos políticos quando a política moderna se configura em termos de participação, eleitoral alargada, quando se torna competitiva e quando os cargos de representação e de governo passam a ser atribuídos através da consulta eleitoral.” Para esse autor a partir desse momento, os candidatos aos cargos passam a sentir a necessidade de por um lado organizarem as suas actividades políticas e eleitorais e, por outro de se aliarem a outros candidatos que compartilhem as suas posições. Assim como Duverger, este autor também considere que este fenómeno

---

<sup>11</sup> SILVA et al. (2011). Análise comparativa: organizações do sistema político partidário- PT, DEM, PSDB. Revista Electrónica. Ciências Sociais, Vitória: CCHN, UFES, Edição n.10, v.1. [Em linha]. Disponível em < <http://www.periodicos.ufes.br/sinais/article/viewFile/2818/2285>> [consultado em 28/01/2014].

teve origem dentro e fora dos parlamentos, dando origem aos partidos parlamentares e os partidos extraparlamentares.

Pasquino (2010) salienta que para Weber a transformação estrutural mais significativa verificada no início do século foi a: “de partidos de notáveis, ou seja, de estruturas embrionárias e apenas activáveis para efeitos eleitorais, para partidos de massas, baseadas em estruturas permanentes e com actividade constante” (PASQUINO, 2010, p. 185).

## **2. Fins e funções dos Partidos Políticos**

“No âmbito de um sistema político, as organizações partidárias adquirem e mantem, a partir do momento em que se submetem a votos, uma serie de actividades que caracterizam em boa parte o seu papel” (PASQUINO, 2010, p. 193).

Para Lopes e Freire (2002), as actividades dos partidos podem ser avaliadas segundo duas perspectivas: a institucional e a social. A primeira diz respeito às funções de formação, organização e controlo das instituições políticas. A segunda salienta o papel dos partidos enquanto vectores de transmissão dos interesses sociais. Para esses autores a análise clássica das funções dos partidos se debruçava sobre a análise das funções instituições, devido a limitação dos primeiros partidos modernos ao jogo eleitoral/ parlamentar de onde surgiram, é de atribuir o mérito a análise sistémica por ter aberto a via da tomada de consciência das funções sociais dos partidos e mais precisamente em interacção com o contexto social. Ainda no que diz respeito a análise das funções dos partidos, esses autores separem as funções sociais das institucionais, dentro das funções sociais dos partidos destaquem:

*“Estruturação e canalização da comunicação entre governantes e governados, garantindo a participação da sociedade na esfera política, bem como entre as diversas componentes do sistema político, o que contribui para a integração global deste sistema. Socialização política, visando o reforço da cultura política oficial [...] Homogeneização e hierarquização dos interesses expressos ou ‘articulados’ por outras organizações (movimentos sociais, grupos de pressão, etc.) por forma a transforma-los em opções, sintéticas de ‘política geral’ (função de ‘agregação’ ou ‘redução’ das exigências)” (LOPES e FREIRE 2002, p. 12).*

Em relação às funções institucionais destacam os seguintes:

*“A designação dos candidatos apresentados aos eleitores, admitindo-se que na ausência desta função os eleitores se confrontariam com uma quantidade desconcertante de candidatos automeados e sem as garantias mínimas de qualidade que os partidos, apesar de tudo asseguram; A estruturação/redução da escolha eleitoral, no sentido em que os principais partidos dispõem em geral de recursos e argumentos suficientes para convencer os eleitores de que a*

*opção 'realista' só pode ser o voto nos seus candidatos- o que reduz a quantidade de informação necessária a formação de uma decisão eleitoral que se pretende 'racional' ou 'cognitiva; A oferta de programas de governo alternativos, ajudando assim os eleitores escolher os candidatos com base, não nas respectivas qualidades pessoais, mas sim em políticas gerais relacionadas com a diferenciação ideológica entre os partidos concorrentes. Orientação e coordenação dos órgãos do Estado e das políticas públicas, contribuindo deste modo para dotar o sistema político de uma maior eficiência" (LOPES e FREIRE, 2002, p. 13).*

Para Silva e Alves (2012), os fins dos partidos diz respeito a finalidade ou objectivo a que foi construído, neste sentido destaca dois fins essenciais dos partidos políticos que são os seguintes: participar no funcionamento e aperfeiçoamento das estruturas políticas constitucionais e representar politicamente o povo. Segundo estes essa representação tanto pode ser em democracia representativa (sentido rigoroso), como em regime ditatorial (representação imperfeita). Quanto a função dos partidos divide-as em funções políticas e funções administrativas. No que concerne as funções políticas destacam as seguintes:

*"Função representativa- é uma função essencial dos partidos em democracia representativa e consiste na apresentação de candidaturas as eleições dos titulares dos órgãos do poder político e do poder local. Função de titularidade e de exercício do poder político- reconduz-se a preparação de quadros aptos a desempenhar o poder político e a criação de estruturas de apoio dos seus dirigentes, militantes ou simpatizantes que exercem o poder político. Função de definição da política interna- prevê a definição do partido perante os problemas da colectividade e a designação dos titulares dos seus órgãos políticos internos. Função pedagógica- informar e formar os militantes e simpatizantes e o eleitorado em geral acerca dos principais questões da vida colectiva e das proposições programáticas e concretas do partido sobre tais questões" (SILVA e ALVES, 2012, p. 302-303).*

No que concerne as funções administrativas destacam as seguintes:

*Função administrativa strictu sensu- actividade de organização interna do partido, em todos os seus escalões, criando infra-estruturas para o desenvolvimento das funções políticas, incluindo o local que permita contactos entre as cúpulas e as unidades de base. Função financeira- consiste na gestão dos recursos partidários (SILVA e ALVES, 2012, p. 303).*

"As funções dos partidos variam de acordo com o tipo de ambiente em que nasceram, visto que procuram dar resposta as exigências específicas de cada um" (MOEIRA, 2009, p.193). Ainda ressalta que os partidos nascidos no ambiente-parlamentar liberal, antes da evolução das sociedades ocidentais para industrializadas, viram as suas funções variando, nesta linha de mudanças alega que a constituição francesa de 1958 definiu como principal função concorrer para a expressão do sufrágio, e a constituição alemã função de concorrer para a formação e expressão da vontade política. No entender do autor esta função desdobra-se em três aspectos fundamentais: formar a opinião pública, propor os candidatos à eleição, disciplinar os eleitos. Considere que naquela altura, A pregação dirigida à opinião pública da tribuna

parlamentar fornecia dados, críticas, valores, orientação ideológica, tentando racionalizar a futura escolha do eleitorado. Esta actividade no seu entender evoluiu no sentido de despersonalizar a eleição dos representantes, que deixaram de ser os notáveis regionais, para serem os propostos dos partidos. O resultado desta evolução segundo o autor é que ao em vez de os regimes de partidos manterem os notáveis no Poder em razão da origem familiar e da posição dominante na sociedade civil, passa a ser substituído por um conservadorismo partidário, que recruta e conserva os seus eleitos, e facilmente os torna submissos a direcção interna do partido, porque sem o partido não tem a possibilidade de se apresentarem ao eleitorado. Por ultimo o autor considera ainda importante a função de enquadramento dos eleitos, o que implica que o partido disciplina inteiramente o comportamento político dos eleitos.

No entender de Hopkin (citado por Lisi, 2011)<sup>12</sup>, o paradigma do tipo funcional que permaneceu até os anos 70 foi substituído por uma maior ênfase na acção política, entendida como estratégia e escolha deliberada por parte dos actores políticos. Segundo uma abordagem mais racional, os dirigentes tem um objectivo mínimo que consiste na sobrevivência da organização e no bom desempenho eleitoral.

“La política de massas há hecho de los partidos un indispensable instrumento de mediación entre demandas sociales e instituciones; en gran medida, los partidos acaparan las posibilidades de conectar a los individuos y a las instituciones publicas<sup>13</sup>” (VALLÉS, 2002, p. 349)<sup>14</sup>.

### 3. Tipologias dos Partidos Políticos

Somente a partir dos anos 20, quando terminado o processo de formação dos partidos e dos sistemas de partidos nas democracias ocidentais, tornou-se possível identificar e classificar os tipos de partidos que se tinham criados. o internacionalismo crescente da vida pública e privada, levando a uma importância progressiva das

---

<sup>12</sup> LISI, M. (2011). Os Partidos Políticos em Portugal continuidade e transformação. Coimbra, Almedina.

<sup>13</sup> A política de massas fez dos partidos um indispensável instrumento de mediação entre demandas sociais e institucionais; Em grande medida, os partidos acabaram as possibilidades de conectar os indivíduos com as instituições públicas. (Tradução nossa)

<sup>14</sup> VALLÉS, J. (2002). Ciencia Política una introduction. Barcelona, Editorial Ariel S.A.

internacionais de partidos, faz com que cada vez mais existe uma tipologia que os permite racionalizar (Pasquino, 2010).

De todas as tipologias a mais divulgada é a de Duverger (1970), sua utilidade é reconhecida por todos geralmente com correções ou complementos que resultam das perspectivas de cada autor. A principal classificação de Duverger é a que estabelece a distinção entre partidos de quadros e partidos de massas. “Os partidos de quadros foram os que nasceram no ambiente liberal, elitista por definição, magistras por filosofia” (MOREIRA, 2006, p.179).

Para Duverger (citado por Silva et al. 2011), expansão do sufrágio na segunda metade do século XIX e início do século XX e a entrada de um grande número de pessoas na cena política foram decisivos, para o surgimento dos partidos de massa. Destaca o surgimento também dos partidos socialistas e comunistas com a expansão do sufrágio Universal. Por estarem mais próximos da concepção marxista de partido-classe, estes acabaram por desenvolver mecanismos para a integração dos grandes contingentes de trabalhadores característicos dos partidos de massa. Apontam as principais características dos partidos de massa que segundo Duverger (1980) são as seguintes: “a) origem extraparlamentar; b) organização interna de alta intensidade; c) forte articulação estrutural entre as instâncias partidárias; d) rigorosos requisitos de filiação; e) financiamento compartilhado entre os membros do partido; f) forte doutrinarismo; g) subordinação dos parlamentares ao partido”.

Para esses autores a distinção e a caracterização elaboradas por Duverger fizeram com que o autor definisse o partido de massa como o modelo de partido mais adoptado às exigências impostas pela democracia moderna. A superioridade desses partidos de massa levou com que os antigos partidos de quadros viriam a ser forçados a adoptar algumas das características organizacionais de seus concorrentes mais modernos, em um processo descrito como de “contágio pela esquerda” (Silva et al. 2011). Mas a partir dos anos 1960 essa universalização dos partidos de massas veio a ser questionada pelos estudiosos dos partidos políticos a partir da observação das transformações organizacionais e comportamentais de algumas agremiações na Europa Ocidental. Ressaltam que o primeiro a tentar sistematizar essas transformações e propor um novo modelo, que explica as novas características dos partidos políticos, foi Kirchheimer (1966), ao desenvolver o conceito de partido catch all.

Uma outra tipologia de partido desenvolvido é o Catch all. Para Lisi (2009), o partido catch all de Kirchheimer foi reelaborado e especificado a partir do modelo de partido profissional-eleitoral proposto por Panebianco (1982), e pelo “moderno partido de quadros” de Koole (1994). Lisi destaca que o primeiro autor centra a sua análise na importância assumida pelos especialistas e pelos técnicos dotados de conhecimento especializados para a mobilização dos recursos e para captar os votos de um eleitorado “de opinião” com um baixo nível de identificação partidária. Sublinha que a utilização cada vez maior de profissionais dentro dos partidos e as relações e as relações diretas que estes estabelecem com a elite dirigente reforçam os laços personalizados e os vínculos baseados na confiança e lealdade pessoal. Ressalta que o modelo de Kirchheimer foi, sucessivamente, reelaborado por Koole, que partindo de um estudo empírico, delineou um novo modelo de partido, chamado o “moderno partido de quadros”, caracterizado por uma combinação de aspectos típicos do partido da elite e do partido profissional. Ele afirma que neste tipo de partido, os partidos mantêm formalmente a estrutura e hierarquia típico dos partidos de massa, porém com um baixo nível de filiados e da procura de um consenso alargado. Observa que nesses modernos partidos de quadros a eficácia eleitoral não aumenta em detrimento da legitimidade interna. As bases do partido continuam exercendo um certo grau de controlo sobre as direcções, impedindo que o papel e os poderes da elite dirigente sejam reforçados, assim como tinha previsto Kirchheimer. A burocracia mantém inalterado. O autor ressalta que a personalização dos líderes foi um reforço de uma característica que já estava presente anteriormente. Todavia o autor considere que diferente dos partidos catch all, os modernos partidos de quadros não tiveram um aumento significativo dos poderes dos vértices dos partidos.

Para Kicheimer (citado por Silva et al, 2011), a combinação entre crescimento económico e amadurecimento do Estado de Bem-Estar provocou uma redução na polarização social e política, fazendo assim diminuir a importância tanto das ideologias como também das distinções de classe na cena partidária. Ressaltam que ao acompanhar as mudanças sociais que estava a ocorrer na Europa Ocidental, os partidos de massa estavam a transformar-se em agremiações diluídas ideologicamente, que apelavam a todos os grupos sociais e estavam cada vez mais voltadas para o sucesso eleitoral. Estes destacam que esses novos partidos denominados por Kircheimer como partidos Catch all, caracterizavam-se do seguinte modo: a) de ideologização do discurso partidário; b)

fortalecimento da liderança; c) declínio da importância da militância de base; d) apelo eleitoral pluriclassista; e) abertura para grupos de interesse variados.

Assim como muitos autores, Silva e Alves (2010), utilizaram a mesma perspectiva adoptada por Duverger, partidos de quadros e partidos de massa, todavia complementa-os com outros tipos de partidos que segundo eles apresentam modalidades diferenciadas de acordo com o critério estrutural, os partidos socialistas, os partidos comunistas e os partidos fascistas. Ainda esses autores considerem que entre os partidos de quadros e os partidos de massas, situam-se os partidos indirectos e os dos países subdesenvolvidos, que são considerados por eles como sendo tipos diferentes de partidos políticos.

Segundo Andreis (2008)<sup>15</sup>, Katz e Mair publicaram em 1995, um artigo, que trazia o debate sobre o partido-cartel, acrescentando segundo o autor o que viria a ser uma quarta etapa ou estagio no desenvolvimento dos partidos políticos. Afirmam que na opinião desses autores o partido cartel surgiu a partir dos anos 1970, apresentando como uma nova forma organizativa, afastando-se do partido de quadros elitizados do séc. XIX, do partido de massas, e do partido catch all.

Ainda estes autores afirmam que Katz e Mair (1995), ao desenvolverem, os tipologias de partidos teriam privilegiado as relações dos partidos com a sociedade civil em detrimento das relações para com o Estado. A revolução industrial trouxe mudanças diferente da realidade anterior, trazendo uma percepção de que os partidos estavam em crise, mas o problema estava no facto de não reconhecer as mudanças verificadas na sociedade e adaptar os partidos. Havia necessidade de julgar os partidos à partir da relação com o Estado e não com o público, eleitores e militantes. O partido catch all é, portanto um partido menos dependente da sociedade e mais do Estado ou seja, o Estado passa a ser o seu principal financiador, diferente do partido catch all que dependia essencialmente das contribuições dos seus filiados, o partido cartel encontra o seu financiamento no Estado que lhe apresenta maior estabilidade. Os membros desse partido são considerados mais como membros dentro do partido e não como corpo organizado e nesta perspectiva esse modelo de partido não estaria em crise uma vez não

---

<sup>15</sup> ANDREIS, T. (2008). A tese do partido cartel: Revisitando o debate. [Em linha]. Disponível em <<http://www.pucrs.br/eventos/sios/download/gt5/Andreis>>. [consultado em 02/02/2014]



são entendidos na perspectiva de filiados. Nesse tipo de partido não privilegiam os filiados como nos modelos anteriores mas sim o indivíduo.

Para Freire et al. (2007)<sup>16</sup>, apesar das diferenças entre as diferentes tipologias existentes, constata que existe uma mudança fundamental que todos têm analisado desde o aparecimento dos partidos de massas, principalmente em relação a uma redistribuição do poder dentro dos partidos que tem levado a um declínio na importância dos militantes de base e um aumento da importância dos líderes.

---

<sup>16</sup> FREIRE, A. LOBO, M., MAGALHÃES, P. (2007). Eleições e Cultura Política. Lisboa, ICS.

## CAPITULO II

### QUADRO TEÓRICO DE ANALISE

#### 1. Partidos Políticos

Embora muitos cientistas políticos procuraram definir os partidos políticos esses conceitos não são de todo divergentes, pois caminham numa mesma linha complementando-se. Para muitos a dificuldade em definir os partidos resulta do facto de existir na sociedade grupos com características semelhantes à dos partidos.

Segundo Coutinho (2012)<sup>17</sup>, a etimologia da palavra está vinculada à acepção primeira do verbo ‘partir’, que significa ‘fazer partes, dividir’. Historicamente, pode-se verificar que a palavra “partido” estava associada a grupos armados.

Para Ramos (2012), o primeiro pensador político a definir partidos políticos foi Edmund Burke, em 1770. Segundo ela, o autor parte do princípio que o partido é um instrumento para atingir um fim determinado.

Segundo Pasquino (2010), os partidos são organizações muito recentes e são tao importantes como controversos. Para ele a própria definição de partido não é fácil de encontrar, uma vez que muitas organizações se comportam ou são obrigados a comportar como partidos, muitas vezes recusam de ser reconhecidas como partidos a fim de fugir as críticas que a eles são dirigidas. “Preferem definir-se a si próprias como movimentos, formações políticas, ligas, alianças, ou agrupamentos.”

Para Pasquino (2010, p. 180), a definição clássica remonta a Marx Weber, “os partidos são, na sua mais íntima essência, organizações livremente criadas que pretendem fazer um recrutamento livre [...] o seu fim é sempre a procura de votos em eleições para cargos políticos”, enquanto a definição mais sintética e contemporânea é para ele a de Giovanni Sartori, onde “um partido é qualquer grupo político identificado por uma designação oficial que se apresenta as eleições e é capaz de colocar, através de eleições (livres ou não), candidatos em cargos públicos.”

---

<sup>17</sup> COUTINHO, E. (2012) Partidos Políticos: Inevitabilidade ou nocividade?- uma reflexão Rousseauiana. Revista (ISSN 2182-7567), nº 12, pp.7319-7355 [Em linha]. Disponível em <[http://www.idb-fdul.com/uploaded/files/2012\\_12\\_7319\\_7355.pdf](http://www.idb-fdul.com/uploaded/files/2012_12_7319_7355.pdf)> [consultado em 04/02/2014]

Para Michel (2001)<sup>18</sup>, o partido político moderno é, no sentido político do termo, uma organização de combate”. Neste sentido tem que adaptar-se as leis da tática, que é no seu entender a lei fundamental da ciência da tática e da prontidão.

Para (Vallés, 2002, p. 349), partidos políticos são: “*asociaciones voluntárias, que proponen un programa de intervenciones globales y compitem electoralmente por el ejercicio del poder institucional*”<sup>19</sup>.

Segundo David Hume (citado por Teixeira, 2009)<sup>20</sup>, os partidos, na sua acepção moderna, nada tem que ver com as facções políticas tradicionais, que se encontravam fundados em interesses, princípios ou sentimentos, e com duração precária.

Hoje em dia a definição mais aceite sobre os partidos políticos vai mais no sentido de que, “os partidos políticos são organizações sociais voluntárias, com carácter de permanência e duração razoável, que lutam pela aquisição e exercício do Poder, através de meios legais e democráticos” (FERNANDES, 2008, p. 187).

Fernandes (2008), considera a vontade deliberada de ocupar exercer o poder e não apenas de influenciar e pressionar o aparelho do Estado, a característica que melhor distingue os partidos políticos das outras instituições sociais, dos grupos de interesses e de pressão uma vez que que eles também podem ter duração razoável e implantação local generalizada.

Segundo La Palombra e Anderson (citado por Lopes e Freire 2002, p. 9), o partido distingue-se do grupo parlamentar pelo facto de possuir uma organização formal que estabelece a ligação entre a direcção nacional e os comités locais, o que pressupõe a existência de uma rede permanente de relações entre ambos os níveis da organização.

Segundo La Palombra e Anderson, 1992 Janda, Berry e Goldman, 1998 (citado por Lopes e freire 2002, p. 9), os partidos distingue dos grupos de pressão pelos factos de:

---

<sup>18</sup> MICHELS, R. (2001). Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia Moderna. Lisboa: Antígona.

<sup>19</sup> Associações voluntárias que propõe um programa de intervenção global e competem eleitoralmente para o exercício do poder institucional.

<sup>20</sup> TEIXEIRA, M. (2009). O Povo semi-soberano partidos políticos e recrutamento parlamentar em Portugal. Coimbra. Almedina.

*“a) Representarem interesses sociais diversificados, ao passo que os grupos de pressão representam normalmente um único sector económico (ou uma única causa);*

*b) Serem as únicas organizações que actuam formalmente na arena eleitoral (afora o grau de liberdade ou de genuidade das eleições), e que seleccionam candidatos ao parlamento e a outros órgãos políticos através de um processo formal de “nomeação”, designando-os como os seus candidatos oficiais.”*

Nesta mesma linha, Lopes e Freire (2002), acrescentam que enquanto que os partidos reúnem sectores da população com o objectivo de conquistar e exercer o poder político-institucional, os grupos de pressão visam apenas exercer influencia sobre o poder político.

## **2. Sistemas de partidos**

Para Pasquino (2010, p.194), “a existência de um sistema de partidos pressupõe a interacção horizontal, concorrencial, entre um mínimo de dois partidos, bem como a interacção vertical entre vários elementos; eleitores, partidos, parlamentos e governos”. No seu entender a natureza e qualidade dos sistemas de partidos serão determinadas pela interacção entre esses planos.

“O primeiro a classificar os sistemas de partidos foi Duverger. No seu estudo Duverger (1951), limitou-se a distinguir os sistemas de partidos com base num único e simples critério: o da quantidade”. (PASQUINO, 2010, p.194). Para esse autor considerado insuficiente o critério de Duverger, Sartori 1976 (citado por Pasquino, 2010, p. 195), propôs como complemento o critério da relevância dos partidos onde para ele “existem dois critérios de relevância fundamentais. O primeiro é dado pela utilidade dos partidos na formação de coligações governamentais, onde Alguns partidos podem ser mais pequeno em percentagem de eleitorado e quanto ao número de lugares no parlamento, mas ser de grande utilidade, se não mesmo indispensáveis, para a formação de coligações governamentais. Portanto, uma vez que possuem um grande potencial de coligação, merecem absolutamente ser tidos em conta. Do seu ponto de vista outros partidos podem nunca participar em coligações governamentais, mas possuir votos, representação de interesses ou assentos parlamentares em tal medida que condicionem o funcionamento dos governos de coligação e, mais amplamente, do próprio sistema político. Graça a sua base eleitoral de apoio e a sua presença organizativa e parlamentar, esses partidos estão em condições de exercer uma influência

considerável sobre as actividades da coligação governamental, e especialmente sobre as suas políticas. Assim sendo uma vez que possuem um elevado potencial de intimidação, devem também ser contabilizados. Por último acrescenta que "Sartori (1976), introduziu um terceiro critério, que deve também ser aplicado aos sistemas multipartidários que consiste na distância ideológica que separa os partidos, ou seja a polarização.

### **3. Ideologias políticas**

Definir ideologias políticas por sua vez não é uma tarefa fácil devido a diversidade e complexidade de conceitos existentes.

Segundo Thompson (citado por Santo, 2011)<sup>21</sup> a ambiguidade do conceito de ideologia resulta do facto de este ter percorrido uma estrada longa desde que foi introduzido nas línguas europeias há dois séculos, portanto a multiplicidade de significados que ela apresenta hoje é um produto da sua evolução histórica. Santo, (2011), acredita que a revolução francesa e a influência do pensamento iluminista criaram um terreno propício para a introdução da ideologia. No seu entender foi o filósofo francês Destutt de Tracy que introduziu originalmente o conceito de ideologia, que para ele significava literalmente "ciência das ideias". Hoje em dia parece verificar uma diminuição do papel da ideologia como argumento ou variável explicativo do comportamento eleitoral, devido a sobreposição de princípios, tradicionalmente situados em quadrantes ideológicos diferenciados e de uma definição doutrinária, cada vez menos, clara.

Para Freire (2006)<sup>22</sup>, depois da revolução francesa, a ideia de uma divisão esquerda-direita adquiriu grande importância na política de massas moderna porem destaca que o mesmo não aconteceu no universo anglo-saxónico onde a divisão liberal-conservador é mais comum. Afirma que desde a revolução francesa a divisão política esquerda-direita tem desde então enorme importância como forma de caracterizar as ideologias enquanto instrumento de classificação das posições políticas dos diferentes partidos e candidatos eleitorais.

---

<sup>21</sup> SANTO, P. (2011). Sociologia Política e Eleitoral. Modelos e Explicações de Voto. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Políticas.

<sup>22</sup> FREIRE, A. (2006). Esquerda e Direita na Política Europeia. Lisboa, ICS

Segundo esses autores essa distinção surge durante a revolução francesa, quando os Estados Gerais de 1789, convocados pelo rei Luis XVI, decidem transformar-se em Assembleia Nacional constituinte, os representantes do povo e do clero, e os da aristocracia que se juntam a eles depois, sentam-se na sala de acordo com as suas afinidades políticas. Aqueles que ficam sentados mais a esquerda- em relação a mesa da Assembleia- são os que opõem ao veto legislativo do rei. Os que se sentam a direita são os apoiantes do veto legislativo do Rei. Mas no entanto segundo esses autores a dicotomia entre esquerda e direita torna-se regular apenas nos anos de 1815 na França da Restauração, onde a esquerda representa claramente a nova França e a direita o antigo regime. Segundo eles é neste contexto que se afirma um “centro”, transformando assim a dicotomia esquerda direita numa tricotomia, ou mesmo algo ainda mais complexo abarcando um centro-esquerda, um centro-direita, uma extrema-esquerda e uma extrema-direita.

Para Freire et al. (2007) existem bastantes índices de que parece não haver uma fundamentação empírica para a tese do “fim das ideologias” e principalmente em relação a nível individual, a divisão esquerda-direita continua a ser um mecanismo muito importante em termos de economia, e de informação, que permite aos eleitores lidar mais facilmente com o universo da política pelo menos na Europa ocidental.

Para (Vallés, 2002, p. 270), ideologias políticas São: “ um conjunto compartilhado de conceptos y valores que pretendem describir el universo político, señalar objetivos para intervenir en el mismo y definir las estrategias necesarias para alcanzarlos”<sup>23</sup>.

A distinção entre esquerda e direita antecipa o pluralismo mais complexo que o mapa conceptual das “ideologias políticas contemporâneas permite formar.” (ROSAS e FERREIRA, 2013)<sup>24</sup>.

Para Monteiro (2003)<sup>25</sup>, nas sociedades políticas de maior desenvolvimento civilizacional, económico, com tendências ao aumento da justiça social e bem-estar, a influência das ideologias vai enfraquecendo a ponto de nalguns Estados ter já perdido o

---

<sup>23</sup> Um conjunto compartilhado de concepções e valores que pretendem descrever o universo político, assinalar objectivos para intervir no mesmo, e definir estratégias necessárias para alcançar-lhes. (Tradução nossa).

<sup>24</sup> ROSAS, J. e FERREIRA, A. (2013). As ideologias políticas contemporâneas, mudanças e permanências. Coimbra, Almedina.

<sup>25</sup> MONTEIRO, J. (2003). Poder e obediência, uma teoria do consentimento. Lisboa, Universidade técnica de Lisboa.

verdadeiro significado da definição das relações de convivência social e política. Todavia isto não quer dizer que tenha perdido conteúdo e interesse no contexto de análise sociológica e politológica. Do seu ponto de vista as ideologias para afirmarem precisam de dois critérios. Um consiste na sua aceitação antes de a criticar, o segundo a certeza de que o juízo que se fara dela seja favorável. Acredita que estes critérios fazem dela ser um conjunto de ideias que como tal é aceite.

Segundo Laponce 1981 (citado por Viegas, Pinto e faria, 2004), a divisão entre esquerda e direita é uma clivagem fundamental da política de massas da era moderna, mais precisamente desde a revolução francesa, sobretudo na europa continental, mas também em vários outros pontos do globo.

Ainda para Sani e Montero 1986 (citado por Viegas, Pinto e faria, 2004), consideram que a divisão esquerda-direita funciona como uma espécie de “identificação espacial” não com grupos ou seja partidos políticos concretos mas com segmentos particulares do espectro. O autor considera que a identificação com uma determinada área ou “tendência” ideológica, orienta os eleitores nas suas preferências partidárias.

#### **4. Filiação partidária/ identificação partidária**

A filiação partidária traduz-se numa relação formal, de um cidadão com um partido, independentemente do grau em que cada um participa nas actividades partidárias, enquanto que a identificação partidária respeita a atitudes e sentimentos que originam comportamentos não pautados por exigência ou relações formais (MARTINS, 2004)<sup>26</sup>.

Segundo Ranney (citado por Martins, 2004), a filiação partidária respeita não a alguém que simplesmente se identifica com um partido ou o apoia, mais implica uma relação formal patente na condição de membro de uma instituição. Para ele se trata de uma relação que envolve privilégios e obrigações.

“[...] Embora alguns estudiosos demostrem que a maioria dos filiados são poucos activos na vida dos respectivos partidos, outros confirmam a tese de que, apesar

---

<sup>26</sup> MARTINS, M. (2004). Participação Política e Democracia: O caso Português (1976-2000). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Universidade técnica de lisboa).

da diminuta participação, os filiados diferem do comum dos eleitores em matéria de participação”(MARTINS 2004, p.536). Ainda o autor afirma que a filiação partidária associa-se, também, a um mecanismo de expressão de exigências, na medida em que a acção dos filiados requer determinadas políticas governativas e na ocupação de cargos na administração pública

Nesta mesma linha Lisi (2009), dentro da categoria dos filiados, define os activistas como sendo aqueles que contribuem de forma regular para o funcionamento da organização, através por exemplo, do pagamento de quotas ou da participação nos actos eleitorais internos. Enquanto que os filiados “normais” são aqueles que tem uma relação menos regular com os partidos. Ainda acrescenta que por baixo dos filiados há ainda os simpatizantes e os eleitores que apresentam um grau de envolvimento ainda menor. Dando continuidade a sua ideia afirma que o principal problema dos partidos catch all reside no facto de que sendo partidos “desidiologizados” e orientados para o voto, podem favorecer a saída dos filiados e uma fraca participação nas organizações com o intuito de deixarem aos líderes uma maior liberdade de manobra.

Segundo Martonti (citado por Santo, 2011, p. 149), o estudo da caracterização dos aderentes aos partidos é relativamente recente e remonta ao período da reflexão acerca da importância dos partidos de massa, onde o número de aderentes seria sinal de apoios financeiros e de visibilidade política.

Para santo (2011), o número de filiados é um indicador corrente da vitalidade e atracção políticas exercidas pelos partidos sobre os cidadãos.

## 5. Crise

“A noção de crise, que sugere um colapso iminente, não é fácil apreensão no âmbito das ciências sociais. Significa que ‘as coisas não vão bem’ ou que ‘anda tudo mal’ (MATOS, 2001, p.528)<sup>27</sup>. Esse autor afirma que a etimologia do termo crise provém do Grego e significa decisão. Ela permite fazer o diagnóstico para agir. Todavia hoje considera que o termo tornou-se mais complexo e a sua característica maior parece passou a ser a incerteza. No entanto afirma que, se há incerteza também existe a

---

<sup>27</sup> MATOS, R. (2001). As ONG (D) e a crise do estado soberano. Lisboa, Universidade técnica de Lisboa.



possibilidade de acção, de decisão, de mudança e de transformação. Todavia, acredita que a operacionalidade do conceito é visível no facto de ele ser um revelador dos problemas para, a partir daí, permitir visualizar a forma que numa situação normal, permanece invisível. Segundo esse autor, este fenómeno é marcado por descontinuidades e rupturas. Mas só foi no século xx que esta noção de crise se generalizou a todos os horizontes da vida em sociedade. No seu entender os partidos políticos também não escapam, a essa lei.

Para Monteiro (2003), quando ocorrem pequenas mudanças, mesmo de forma lenta, as instituições políticas vigentes acabam por não serem capazes de lhes dar respostas apropriadas, e neste sentido fala-se assim da crise das instituições.

Segundo Habermas (citado por Matos, 2001, p. 529), “as crises surgem quando a estrutura de um sistema de sociedade admite menos possibilidade de resolver os problemas indispensáveis a sua conservação. Nesse sentido, as crises são perturbações que atacam a integração sistémica”

*“Chama-se Crise a um momento de ruptura no funcionamento de um sistema, a uma mudança qualitativa em sentido positivo ou em sentido negativo, a uma virada de improviso, algumas vezes até violenta e não prevista no módulo normal segundo o qual se desenvolvem as interações dentro do sistema em exame” (BOBBIO e PASQUINO, 1998, p. 305<sup>28</sup>).*

Esses autores consideram que para identificar uma crise é preciso fazer a análise de três fases do estado de um sistema; a fase antes do início da crise, a fase da Crise propriamente dita e, por fim, a fase depois que a Crise passou e o sistema tornou-se de uma forma que não se identifica mais com o que precedeu a Crise. Além disso, é necessário, ter em conta mais três aspectos: a identificação do início e das causas do acontecimento que deu origem à Crise e, em particular, se se trata de acontecimento interno ou externo ao sistema, recente ou não. Segundo estes autores as Crises são habitualmente caracterizadas por três elementos. Em primeiro lugar pelo carácter de subitaneidade e imprevisibilidade, pela duração por vezes limitada e, finalmente, pela sua incidência no funcionamento do sistema.

---

<sup>28</sup> BOBBIO, N. PASQUINO, G. (1998). Dicionário de Política. Brasília, Editora UNB.

### **CAPITULO III**

## **DEBATE TEÓRICO SOBRE A CRISE/ TRANSFORMAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA**

Neste capítulo pretende-se analisar a questão da crise dos partidos políticos segundo a perspectiva de diferentes autores, desde o famoso francês Robert Michels aos mais recentes autores que abordam esta questão como Peter Mair, Joaquim Aguiar, Lisi, entre outros.

“É quase consensual a ideia de que os partidos políticos passam por uma fase de transição. Para alguns, as mudanças sinalizam que os partidos estão em crise. Muitos acreditam que a crise é grave. Outros avaliam que não é tão séria assim e há quem não veja crise alguma” (RIBEIRO, 2013, p. 5)<sup>29</sup>.

Segundo Silva et al. (2011), hoje tornou-se comum no âmbito da discussão falar da crise dos partidos políticos e dos mecanismos de representação via partidos políticos. Não obstante reconhecem que os partidos continuam sendo um dos atores fundamentais dos sistemas políticos.

Para Coutinho (2010), os partidos políticos geralmente são considerados a causa de tudo o que acontece de errado nos governos democráticos, e que existe historicamente um grande descrédito em relação aos partidos políticos, que aparecem na crítica de muitos teóricos como entraves ao exercício da democracia. Apesar de tudo acredita que uma democracia sem partidos é algo utópica.

Torres e Antunes (2011)<sup>30</sup>, alegam que há cientistas que falam de uma crise dos partidos. Outros, reconhecendo esta evidência, prevêem, mesmo a extinção a prazo dos partidos políticos caracterizados pela sua proximidade com o Estado e afastado da sociedade. Mas estes autores não partilham desta mesma opinião, uma vez que discordam de ter atingido o fim de um ciclo, em que os dirigentes já não conseguem dirigir mais as pessoas como dantes e que esses por sua vez não querem mais ser dirigidos pelos de cima.

---

<sup>29</sup> RIBEIRO, R. (2013). Marx Weber e a crise representacional dos partidos contemporâneos. [Em linha]. Disponível em <[http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/III\\_SD\\_2013/Mesa\\_4.2\\_-\\_Ricardo\\_Ribeiro\\_III\\_SD\\_2013.pdf](http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/III_SD_2013/Mesa_4.2_-_Ricardo_Ribeiro_III_SD_2013.pdf)>. [consultado em 02/02/2014]

<sup>30</sup> TORRES, A. e ANTUNES, A. (2011). O Regresso dos Partidos. 2 ed. Lisboa, Ancora.

Embora seja consensual a ideia de que os partidos políticos estejam em crise, a maioria dos teóricos tem a consciência da importância dos partidos políticos nas democracias contemporâneas. A este propósito, como forma de demonstrar o quanto os partidos políticos são indispensáveis as democracias (Aguar, 1990, p. 296), diz que, “não há democracia pluralista e competitiva sem partidos”. Para ele, “uma crise dos partidos corresponde à crise no elemento mais importante de um sistema político democrático, pluralista e competitivo”. Este autor ainda constata que se estiver perante uma crise generalizada dos partidos ficará então provado que se está perante uma crise do sistema político democrático no seu todo, logo fica sem condições de regulação e de regeneração que lhe permitam suportar os impactos das questões e pressões políticas. Ainda reconhece que a acumulação de deficiências funcionais por parte dos partidos coloca em risco a própria democracia, porque provoca a concentração de poderes num partido único ou num partido dominante, ou ainda porque permite a interferência de outras entidades que adquiram importância política (AGUIAR, 1990).

De um ponto de vista completamente diferente (Mair, 2003, p. 282)<sup>31</sup>, acredita que apesar de haver muitas verdades e provas convincentes em relação a tesse contemporânea do declínio partidário, o argumento não deixa de ser enganador, pois considera que mesmo que as organizações partidárias possam estar a fracassar os partidos enquanto tais não estão. Por outro lado, este autor advoga que “assistimos a uma mudança do centro de gravidade do partido, que passa do partido no terreno para o partido que desempenha cargos públicos”. Para ele é esta mudança que provoca o fim da organização partidária na sua concepção tradicional.

Assim como Mair, Torres e Antunes (2011), defendem que “o que estão em crise não são os partidos, mas a organização partidária como um todo orgânico”. Estes autores justificam tal afirmação baseando num conjunto de factos tal como: a falta de identificação dos militantes com a prática das organizações partidárias, por um funcionamento muito centralizado e pouco interactivo com os movimentos não partidários. Ainda apontam para o facto das organizações partidárias terem sido

---

<sup>31</sup> MAIR, P. (2003). Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, vol. XXXVIII (167), 2003, 277-293. [Em linha]. Disponível em <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/121873880809jEJ7wj1Ds10DV6.pdf>> [consultado em 28/01/2014].

ultrapassados por outros protagonistas como os médias e os movimentos não partidários.

Há que acrescentar a opinião de Pasquino (2010), que também considera considere os partidos muito importante em todos os sistemas políticos, “os partidos políticos e os sistemas partidários constituem indubitavelmente o objecto central da ciência Política e são quase sempre e em toda a parte os protagonistas da vida dos sistemas políticos” (PASQUINO, 2010, p. 179).

E consensual na opinião de muitos cientistas políticos a ideia que uma crise nos partidos políticos pode colocar em risco a própria democracia, esta ideia é claramente visível na opinião de Costa (2010)<sup>32</sup>, ao afirmar que:

*“[...] No diagnóstico de muitos autores, pelo menos desde meados do século XX, há uma crise da democracia representativa, expressa, entre outros aspectos, na crise dos partidos políticos, enquanto veículos entre a sociedade civil e as instâncias governamentais, articulando e canalizando demandas, ou seja, o que se observa é o declínio dos partidos, ao mesmo tempo que se constata também o declínio da participação eleitoral, especialmente nas democracias sem voto obrigatório” (Costa, 2010, p.2).*

É importante frisar que para Moraes et al<sup>33</sup> alguns autores consideram que a democracia representativa esta a passar por uma grande crise, devido as fragilidades de organização e funcionamento dos partidos políticos que para eles possuem ideologias políticas com pouca ou sem nenhuma consistência, o que incentiva o surgimento e a proliferação dos grupos de pressão que tem finalidades políticas, exercendo poderes, sem qualquer regulamentação e sem responsabilização pelas pressões camufladas que exercem.

Segundo Bianco (citado por Torres e Antunes, 2011, p. 25), a actual crise dos partidos políticos esta associado as funções desempenhadas pelos partidos nas democracias. “Funções de seleccionadores dos candidatos a cargos públicos, bem como numerosos funcionários e quadros que ocupam cargos electivos; funções que determinam a política estatal; e funções na formação das decisões que nos vão obrigar a

---

<sup>32</sup> COSTA, H. (2010). Crise dos partidos e a transformação dos Governos representativos. Revista Cronos, v.11, n1 pp. 274-294. [Em linha]. Disponível em< <http://ufm.emnuvens.com.br/cronos/article/view/1700>> [ Consultado em 04/02/2014].

<sup>33</sup> MORAIS et al. *Crise da democracia representativa: Enfraquecimento dos partidos políticos, Fortalecimento dos grupos de pressão e a necessidade de reformulação política do estado* [Em linha]. Disponível em <<http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/iniciacao/documentos/anais/3.DIREITOSHUMANOS/3CCJDDPUMT03.pdf>> [consultado em 2 de Março de 2014].

todos”. Torres e Antunes (2011), não concordam com esta opinião uma vez que para eles esse monopólio de funções nunca existiu por parte dos partidos. Todavia consideram mais conveniente falar de um processo de marginalização ou redução do papel dos partidos.

Para Ignazi (citado por Lisi, 2011), o debate sobre a crise dos partidos apresenta, diversas faces, integrando abordagens muitas heterogéneas e dimensões variadas. Do seu ponto de vista podem ser divididas em duas perspectivas; distinguir a perspectiva baseada nos aspectos organizativos e a perspectiva que diz respeito aos aspectos funcionais. A estas duas dimensões, Lisi (2011), acrescenta uma outa perspectiva ainda mais recente que consiste no tipo de cultura política que na sua óptica surge, sobretudo a nível da opinião pública, que se traduz na imagem que os eleitores têm dos actores partidários. Argumenta que os três paradigmas: organizativos, funcionais e culturais, que analisam a crise dos partidos destacam aspectos diferentes embora estejam estritamente associados. Em relação ao primeiro aspecto, Lisi (2011), afirma que a referencia a crise dos partidos deriva da superação do modelo dos partidos de massas<sup>34</sup>. O autor ainda constata que, os partidos de massas são marginalizados devido a “oligarquização” das estruturas partidárias, a prevalência dos interesses pessoais das elites e a crescente dependência dos recursos do Estado. De acordo com o autor esta crítica é também consentida por diversos autores que rejeitam os partidos de massas devido as suas estruturas fechadas, impossibilitando o desenvolvimento de debates internos, reforçando o poder da elite em detrimento dos filiados.

Para Dalton e Wattenberg (citado por Lisi, 2011), no âmbito da crise funcional dos partidos, este declínio manifesta-se, sobretudo, através da diminuição da identificação partidária, da capacidade de influenciar o comportamento eleitoral e a participação política dos cidadãos. Nesta mesma linha o autor lamenta o declínio da função de intermediação a que se baseia a democracia representativa, onde a perda de capacidade de transmissão das preferências dos cidadãos e a diminuição da legitimidade são no seu entender factores que provocam o declínio do carácter representativo dos actores partidários. Para o autor esta tese do desalinhamento partidário nas sociedades contemporâneas prende-se essencialmente a dois factores. Por um lado, cada individuo

---

<sup>34</sup> Segundo lopes citado por Lisi (2011), este tipo de partido baseia-se numa solida organização de inscritos estruturando-se segundo um princípio de integração vertical.

tem uma maior capacidade cognitiva, dispondo de níveis mais elevados de educação e mais fontes de informação, devido, sobretudo aos avanços tecnológicos e aos novos instrumentos utilizados nas campanhas eleitorais. No seu entender é neste sentido que os partidos passam a assumir um papel de atores secundários no que respeita a mobilização dos eleitores e a canalização das suas preferências, enquanto que os meios de comunicação assumem um papel crucial. Ainda no que concerne aos aspectos funcionais, Lisi, (2011), destaca os autores: (Beye 1996; Schmitter; 2011, Van Biezen; 2003), que ressaltam a perda das funções clássicas dos partidos. Ainda para esse autor a última perspectiva, a que não se baseia nos aspectos funcionais ou organizacionais mas sim na cultura política, é defendido por muitos autores como sendo o factor que relaciona o declínio dos partidos com a imagem negativa que os eleitores têm em relação as organizações partidárias. Para sustentar a sua posição o autor mostra que segundo um conjunto de inquéritos realizados nos países da Europa ocidental, vários autores concluem que os partidos são as instituições que inspiram menor confiança nos cidadãos e que a sua imagem negativa aumentou na última década, o que constitui um incentivo para novas formas de participação não convencionais.

Em relação a este assunto é conveniente apresentar uma outra perspectiva que vai no sentido oposto, a de Martins (2004), que constata que apesar da maioria dos autores reconhecerem que os indicadores de relação dos cidadãos com os partidos estarem em declínio, o significado desse declínio está longe de ser consensual. No entender desse autor, esses sinais de declínio não traduzem numa crise de afirmação dos partidos, nem tão pouco, significa uma crise de relacionamento destes com os cidadãos.

Manin (citado por Ribeiro, 2013), concorda com a crise dos partidos políticos alegando que pode ser grave e até mesmo irreversível pelo menos no que concerne a representação política, mas não considera que a crise dos partidos passa colocar em risco o sistema representativo, ou seja, rejeita a hipótese de que a crise possa estender a democracia representativa. “ [...] A crise, diz Manin, não é do sistema representativo, mas sim dos partidos” (RIBEIRO, 2013, p. 9).

Segundo Miguel, 2003 (citado por RIBEIRO, 2013, p. 5), algumas evidências que sustentam a tese da crise do regime representativo moderno são: “o declínio do comparecimento eleitoral, a ampliação da desconfiança em relação às instituições, e o esvaziamento dos partidos políticos”.

Outros factores frequentemente citados para caracterizar a crise dos partidos são: “a perda de vitalidade das ideologias políticas, o enfraquecimento dos Parlamentos em relação ao Executivo, a burocratização dos partidos e a personalização da política” (RIBEIRO, 2013, p. 5).

Assim como muitos autores no entender de Aguiar, (1990), os partidos políticos estão a perder lugar para outras instituições uma vez que:

*“à medida que a crise de orientação e a crise de eficácia das organizações políticas se tornarem evidentes nas suas consequências, surgirão tentativas diversas de substituição dos papéis e funções de agentes e de organizações políticas por parte de outras entidades que procuram compensar esse vazio de orientação ou que pretendem beneficiar com a reduzida eficácia das organizações políticas. (AGUIAR, 1990, p. 287).*

Nesta linha de pensamento o autor ainda afirma que aparecem organizações com relevância política que emergem da defesa de interesses específicos, mas cujo âmbito de acção é mais vasto do que o dos tradicionais grupos de pressão ou do que o das organizações corporativas. No seu entender para defender interesses específicos, estas novas entidades (PAC ou comités de acção política, entidades de consultadoria política e associações de apoio a políticas específicas) passam a desempenhar funções que em pouco, ou mesmo em nada, se distinguem de um programa partidário. O autor ressalta que não são partidos políticos no sentido em que não competem eleitoralmente, mas sim na medida em que suportam candidaturas eleitorais. Essas instituições adicionam ao seu efeito de influência e de racionalização um efeito de representação indirecta, que acaba por “parasitar” as motivações do eleitorado quando este vota em partidos e em candidatos partidários.

“Nos actuais sistemas políticos, os partidos sofrem a concorrência de outras organizações igualmente vocacionadas para actividades que asseguram a ligação Estado-Sociedade” (LOPES e FREIRE, 2002). Todavia no entender desses autores de uma forma mais optimista, consideram que os partidos continuem sendo dificilmente substituíveis no desempenho de certas funções cruciais, tanto para o funcionamento dos sistemas políticos, como para a representação e defesa dos interesses da sociedade.

Torres e Antunes (2011), alegam que apesar do enfraquecimento da organização partidária, os partidos se encontram melhor que seus supostos opositores que são os movimentos não partidários, mas no entanto acreditam que os partidos, não devem

ignorar esses movimentos e as novas formas de fazer política que eles introduzem que tem vindo a marcar a agenda política dos partidos, dos governos e da sociedade.

“A partir da segunda guerra mundial verificou-se uma mudança a nível do efeito dos partidos no funcionamento das democracias ocidentais, com visibilidade em termos de um decréscimo progressivo da sua influência no comportamento eleitoral” (SANTO, 2011).

Embora a crise dos partidos esteja presente em todas as sociedades modernas, as suas manifestações específicas variam de intensidade consoante o grau da modernização e principalmente variam de acordo com o grau de complexidade das organizações partidárias como também das outras entidades com relevância política e com grau de compreensão dos efeitos da abertura das sociedades (AGUIAR, 1990).

Além de muitos autores apontarem para as mudanças que tem vindo a ocorrer em todas as democracias como factores que provocam a crise dos partidos, outros apontam como factor de crise a mudanças na própria natureza dos partidos. Para Bobbio (1999)<sup>35</sup>, os partidos subordinam aos interesses partidários e pessoais aos interesses gerais. Os partidos lutam entre si a fim de desfrutar todas as oportunidades para ampliar a própria esfera de poder. Em vez de os partidos assumirem as suas responsabilidades, utilizam todas as suas habilidades para colocar a culpa no adversário, a tal ponto que o país vai se destruindo e ninguém é responsável. Em vez de os partidos se tornarem mais tolerantes uns com os outros fazem justamente o contrário, gerando cada vez mais conflitos. O autor Constanta que uma das razões que torna a crise de hoje mais grave é a proliferação sem precedentes do faccionismo. Do ponto de vista do autor, os partidos estão se transformando em facções, e com base na literatura ele afirma que as facções são a ruína das repúblicas. Essas facções para atingirem os seus objectivos lutam uns com os outros para atingirem o poder e para isso não se importam em despedaçar o estado (BOBBIO, 1999). Na visão do autor os únicos capazes de acabar com esta crise fingem que não se dão conta, pois o jogo do poder esta em primeiro lugar. O autor pergunta, “mas de que confiança podem gozar os governantes que continuam a expor-se ao publico com acções em que a máxima aposta em jogo é o cargo de ministro ou até o

---

<sup>35</sup> BOBBIO, N. (1999). As ideologias e o poder em crise. 4 ed. Brasília, UNB



de presidente do conselho e não o interesse geral de um país que esta sendo marginalizado” (BOBBIO, 1999, p. 193).

Devido a vários factores, como mudanças ocorridas na natureza da democracia, mudanças tanto nos partidos como na sociedade, em geral, os partidos se apercebem da sua crescente incapacidade para funcionarem como agentes de representação. (MAIR, 2003).

“Perante a grandeza e a velocidade das mudanças, também os partidos manifestam uma incapacidade crescente para funcionarem como verdadeiros agentes de representação” (TORRES e ANTUNES, 2011, p. 29). Na visão desses dois autores as mudanças que tem ocorrido nas sociedades acontecem a uma velocidade superior a dos partidos e do sistema representativo. Apontam um conjunto variado de mudanças que estão ocorrendo nas sociedades actuais, aos quais os partidos políticos não conseguem dar expostas como: mudança nos valores, alterações na base económica, desenvolvimento tecnológico, desafios demográficos, os fluxos migratórios as ameaças que vêm surgindo para a humanidade, mudanças na própria natureza da democracia e participação. Por isso defendem o regresso dos partidos como forma de ir ao encontro da sociedade fragmentada e plural, complexa e interactiva. Observa-se que perante todas essas mudanças pela qual o mundo está-se a passar, sublinha que, “se houvesse uma crise, ela seria de natureza funcional e organizativa, uma crise de organização partidária para se adaptar as mudanças do novo milénio”. É importante frisar que ainda esse autor considera que se é certo que a crise se encontra nos aspectos acima mencionados, por outro lado discorda de uma crise de natureza ética, ligado a corrupção, au tráfico de armas ou de drogas, uma vez que deste ponto de vista uma crise dos partidos seria insuperável.

Observa-se também a mesma opinião em Andreis (2008), ao afirmar que os partidos encontram-se envolvidos por muitos processos de mudança. Para ele tendo em conta que as sociedades se modificam ao longo do tempo, é de se esperar que as instituições também se transformem. Ele sustenta que embora alguns entrarão em decadência, outros surgirão, e muitos conseguirão adaptar-se aos novos desafios que lhes são impostos e as novas oportunidades que surgem.

Aguiar (1990), explica que a crise dos partidos não é derivada da existência de alternativas aos partidos. No seu entender não é uma crise de substituição, mas sim uma crise resultante do processo de evolução das sociedades que não se compara com a evolução dos partidos. É uma crise de adequação a uma dinâmica geral de modernização das sociedades contemporâneas. Por isso afirma que estamos perante uma crise de modernização. Neste sentido o autor aponta dois vectores explicativos dessa crise de adequação, que são o vector da complexidade, onde as organizações tradicionais dos partidos, sujeitas a valores ideológicos, apoiados em eleitores relativamente estáveis por efeitos de relação de uma fidelidade ideológica ou até emocional e basicamente orientadas para a definição do poder interno, se mostrem inadequadas nos novos contextos que exigem a análise multifactorial e a articulação de múltiplas perspectivas desligadas de quadros ideológicos estáveis.” Através do vector da sociedade aberta, compreende-se que os modos tradicionais de exercício do poder, sobretudo aqueles que estão dependentes da operacionalização regulamentadora ou mesmo controladora das estruturas do Estado nacional, se mostrem inadequadas nos contextos em que as entidades com potencialidade estratégica proliferam, concorrendo directamente, e muitas vezes com vantagem, com os partidos e com os órgãos do poder legítimo.

Refutando também a tese da crise dos partidos políticos, Lisi (2011), preferiu substituir o paradigma da crise dos partidos pelo da transformação dos partidos, onde destaca que a alteração do ambiente externo levou os partidos a modificarem algumas características organizativas, e das funções que desempenham na sociedade civil.

No entender de Lisi (2011), a questão da mudança dos partidos deve ser vista tendo em conta dois aspectos:

*“[...]o primeiro é que o processo de transformação é um fenómeno complexo e multidimensional que implica não apenas a esfera organizativa, mas também as funções exercidas pelos partidos. O segundo, porém, é que o resultado e a intensidade da transformação são sempre consequências de diversos factores.” (LISI, 2001, p. 28)*

Segundo esse autor, para garantir a continuidade dos partidos, os dirigentes procuram modificar a organização no sentido de se adaptar ao ambiente. Considera no entanto esta adaptação mais fácil para os partidos mais flexíveis do que nos partidos com maior institucionalização.

No contexto das mudanças vividas pelas sociedades Katz e Mair concebeu um modelo de partido que seria para ele mais adequado as actuais características da democracia representativa. Trata-se do partido cartel (MENDES, 2013).

Normalmente perante as mudanças pelos quais os partidos estão passando seriam apenas necessárias adaptações ao ambiente político e económico actual.

Para Ribeiro (2013), os partidos estão se readaptando as mudanças socioeconómicas até comportamentais que estão a desenrolar-se, portanto não há razão para vislumbrar a decadência dos partidos à partir da retracção da função representacional exercido pelos partidos.

Segundo Bourdieu, (citado por Viegas; Pinto e Faria, 2004, p. 22),” [...] a nossa época é a das ilusões perdidas, somos obrigados a uma espécie de dúvida radical”. No entender desses autores esta duvida radical esta ligado a uma certa desmistificação do Estado. “ [...] As instituições têm vindo a ser sujeitas a um forte processo de erosão, tornando-se difícil obter, num mundo aberto com é o actual, lealdade e empenhamento” (VIEGAS; PINTO e FARIA, 2004, p. 55).

Torres e Antunes (2011), constataram que na conjuntura actual, a competição entre trabalhadores foi reforçado fragilizando laços de solidariedade e estimulando uma ética individualista e apolítica. Ainda alegam que passaram a se relacionar cada vez mais através dos meios electrónicos de comunicação, passando a estar mais tempo isolados uns dos outros, provocando assim o afastamento dos cidadãos das instituições políticas convencionais da democracia formal. Na mesma linha Lisi (2011), alega que os partidos passam a ter um papel de actores secundários no que respeita à mobilização dos eleitores e à canalização das suas preferências, enquanto os meios de comunicação assumem um papel de relevo. Neste sentido concluem que a dificuldade dos partidos em se inserirem na sociedade esta ligado a incapacidade de responder as exigências do presente, com prontidão, verdade e transparência. “A lição de nossa época demonstra que não raro os partidos, considerados instrumentos fundamentais da democracia, se corrompem. Com a corrupção partidária, o corpo eleitoral, que é o povo politicamente organizado, sai bastante ferido” (BONAVIDES, 1994, p. 359).

Para Costa (2010), assistimos a uma mudança no que se refere a representação, uma vez que a comunicação ente os candidatos e eleitores já não se dão através da

mediação dos partidos, mas sim através dos média. Segundo Manin (citado por Costa, 2010) o que se tem entendido por crise da democracia não se trata da crise da democracia em si, mas por uma nova forma de governo representativo, a que ele qualifica como sendo “democracia de publico”, caracterizado pelo declínio das relações de identificação entre representantes e representados. No seu entender a democracia de partidos onde os partidos tinham muita importância deu lugar a este novo tipo de democracia de Publico onde os partidos perderam essa condição para os média. Os partidos enfraqueceram e passaram a depender mais dos líderes, e estes de domínio das técnicas mediáticas. Perante este cenário o autor conclui que se observa o fim da era dos partidos, o que significa no seu ver uma crise de intermediação e representatividade sociopolítica. Ainda acrescenta que neste tipo de democracia assiste-se a um processo de personalização da política, onde as pessoas tendem a votar mais em pessoas do que em partidos.

Segundo Castels 2001 (citado por Costa, 2010), estamos perante uma crise de legitimidade do Estado-Nação, e uma falta de credibilidade do sistema político. Esta falta de credibilidade tem diversas causas segundo o autor, nomeadamente, a concorrência aberta dos partidos capturados pelos media, reduzidas lideranças personalizadas dependentes de recursos tecnológicos muito sofisticados, induzido a práticas ilícitas a fim de obterem fundos de campanha, conduzido pela política de escândalo.

Também, um dos factores considerado por diversos autores como estando na origem da crise dos partidos políticos é também a questão ideológica. Para Santo (2011), a busca pela manutenção no poder, tem moldado os objectivos e as formas de actuação dos partidos políticos que vêm-se afastados de suas estruturas ideológicas, visando apenas o resultado eleitoral.

“Do ponto de vista ideológico, os partidos tendem a moderar as suas posições em face da distribuição das tendências dos eleitores, pelo que as clivagens ideológicas tradicionais tendem a esbater-se” (MARTINS, 2004, p. 542).

Costa (2010), considera que os partidos são deficientes na articulação e agregação dos diferentes interesses da sociedade e pouco representativos. Para afirmar a sua posição aponta para um dos estudos pioneiros de Kicheirmer (1990), onde o autor

analisa as transformações dos sistemas partidários na Europa ocidental nos anos 1960. Utilizando o termo *catch-all parties*, “partido pega-tudo” procura mostrar como os partidos tem vindo a perder as suas identidades. Nesses partidos não há distinções programáticas e ideológicas precisas que possam estabelecer diferenças entre eles. Para Kicheimer 1990, (citado por Costa, 2010), os partidos se burocratizaram e abandonaram a suas posições iniciais para formularam propostas mais abrangentes, em nome de todo o eleitorado, cujo objectivo único é a conquista do poder. Ainda aponta outro autor que diagnosticou a crise e transformação dos partidos políticos, Offe (1983), que por sua vez considerava que os partidos políticos haviamse transformado em “máquinas eleitorais”, em que a conquista do poder político causou a “desradicalização” ideológica e a indistinção programática, traduzida na ampliação de alianças eleitorais, muitas vezes entre partidos sem qualquer afinidade programática e ideológica. Do ponto de vista do autor esse aspecto contribui para o descrédito dos partidos uma vez que as coligações não são feitas por afinidade programática e ideológica mas sim por oportunismo, pragmatismo político eleitoral.

Aguiar (1990), afirma que a crise das ideologias esta relacionada com a maior complexidade e rapidez de evolução das sociedades modernas e pelo fato de que a formulações ideológicas terem sido produzidas em sociedades muito diferentes das atuais sociedades modernas. No entender deste autor está-se perante uma dificuldade de comunicação uma vez que se perderam as grandes referências que deveriam funcionar como estruturas automáticas de orientação, de homogeneização de comportamentos, de estabilização de expectativas e de organização de acção política.

Para ele esta dificuldade actual da comunicação politica por falta de linguagem normalizada acontece ao mesmo tempo em que os meios de comunicação se tornam cada vez mais potentes, mais rápidos e de tecnologias sofisticadas.

Para Moreira (2009), o problema dos partidos é a desactualização das velhas ideologias, que enfraqueceram perante as mudanças, e as novas ideologias disputam o lugar principal dessa luta pela captura, exercício e manutenção do poder político

Para Lisi (2011), A crescente perda de importância das ideologias, as transformações do estado providencia, a maior sofisticação dos eleitores e consequente

“desidiologização” são alguns dos factores que tornaram secundárias as distinções entre os partidos do ponto de vista ideológico.

Para Teixeira (2005)<sup>36</sup>, actualmente, é difícil definir uma identidade partidária de acordo com o perfil ideológico de seus representantes e militantes. A autora constata que, mesmo as pessoas mais politizadas já não se identificam com um partido, mesmo aquelas que já foram fanáticas estão desiludidas com os caminhos trilhados pelos seus partidos pelos quais defenderam com muita confiança e afectividade. Com efeito acrescenta que ao perderam sua identidade ideológica, os partidos, consequentemente perderam a capacidade de influenciar o comportamento do eleitor. Ainda observe que, “[...] as pessoas precisam ver presente nos partidos uma unidade ideológica, caso contrario, o partido é apenas uma junção de nomes com apenas um numero em comum” (TEIXEIRA, 2005, p.93).

Outro autor que critica a forma como estão mudando os partidos é Cunha (2007)<sup>37</sup>, ao afirmar que:

*“ Para alem do exagero da observação, fruto amargo de promessas não cumpridas, a verdade é que não tem sido nada raro que se produza na pratica, o ‘chassé-croisé’, e que politicas normalmente qualificadas como de direita tenha sido postos em pratica pela esquerda, e vice versa “( Cunha,2007, p. 284).*

Mas por outro lado o autor afirma que “as ideologias não morreram, apenas o publico a que os políticos se dirigem (hoje todos os cidadãos) se tornou demasiado inculto para os compreender” (Cunha, 2007, p. 286).

Para Mair (2003), tanto em termos sociais como ideológicos, existe uma menor oposição entre os partidos, já não existem oposições significativas ou pontos de vista rivais. Considera um erro falar no fim das ideologias, mas concorda com o fim do conflito ideológico. Afirma que os partidos veem-se obrigados cada vez mais a partilharem os seus programas e políticas e, uma vez no governo, a partilharem a sua implementação. Para ele tornou-se evidente que tornou-se mais difícil na prática encontrar os contrastes entre os partidos. Uma vez que os partidos passaram a partilhar os mesmos eleitores, esses partidos tendem necessariamente a adaptar técnicas similares

---

<sup>36</sup> TEIXEIRA, D. (2005). Marketing Politico e eleitoral, uma proposta com ética e eficiência. Rio de Janeiro. Novo Seculo editora.

<sup>37</sup> CUNHA, P. (2007). Repensar a política, Ciência e ideologia. Coimbra, Almedina.

de organização e campanha. Também pode-se ver a mesma linha de pensamento nas ideias de Mair (2003), ao afirmar que:

*“[...]Hoje torna-se cada vez mais difícil, nas democracias parlamentares de inícios do século XXI, conceber quais as alianças interpartidárias que poderiam estar excluídas à partida. Os partidos são promíscuos. Tudo isto sugere que agora se torna cada vez mais difícil os eleitores encontrarem diferenças significativas em termos de ideologia ou de objectivos entre os diferentes partidos ou entenderem essas diferenças como particularmente relevantes para as suas necessidades e problemas. Por outras palavras, perante o esbatimento das identidades partidárias e as transformações ao nível das funções e dos modos de organização e apresentação dos partidos, os eleitores parecem ter cada vez mais dificuldades em entendê-los como representantes dos seus interesses e preocupações” (MAIR, 2003, p.288).*

Para Costa (2010), a desconfiança tem generalizado uma crescente apatia da opinião pública a respeito das forças políticas tradicionais Europeias, gerando um queda que embora lento tem sido generalizado da participação eleitoral. No que tange ao declínio da filiação partidária, aponta que há consenso a respeito de uma crise das organizações partidárias e um desses factores diz respeito ao declínio da filiação partidária, do activismo entre os filiados que são mobilizados apenas em períodos eleitorais aprofundado pela erosão da identidade partidária e indiferenciação ideológica entre os partidos, pelo aumento da fragmentação partidária e uma desilusão dos eleitores com os partidos.

Para Ribeiro (2013), o declínio da filiação partidária e do número de eleitores que expressam preferências pelos partidos são os elementos mais visíveis que provam a ideia do esvaziamento, ou do desalinhamento, dos partidos. Para o autor os partidos estão perdendo capacidades de atrair e mobilizar simpatizantes e eleitores, por conseguinte aponta um conjunto factores responsáveis por esse declínio como, as transformações sociais exógenas aos partidos, o facto das estruturas partidárias terem-se tornados mais burocráticas e por terem ficados menos diferenciáveis em termos programáticos e ideológicos. Perante estas dificuldades no entender do autor os partidos estão menos capazes de servir como principal agência de representação da sociedade, perante o governo e o Estado.

No entender de Mair (2003), o declínio não atinge apenas os níveis de filiação partidária. É para ele evidente que as organizações partidárias estão cada vez mais incapazes de atraírem as atenções e os afectos das massas. Aponta para as democracias na Europa onde o número de eleitores que antes demonstravam uma forte identificação partidária está cada vez mais reduzido e mesmo as formas mais fracas de identificação e

simpatia partidária parecem estar a desaparecer. O autor aponta para o estudo de Russel Dalton (1999) onde das 19 democracias avançadas ocidentais onde existe series de dados temporais sobre a identificação partidária, 17 registam um declínio de simpatia partidária.

“Os partidos e as actividades convencionais já não conseguem mobilizar os cidadãos como anteriormente nem gozam de uma presença significativa no seio da sociedade em geral” (MAIR, 2003, p. 280). Muitos são aqueles que considerem que os partidos estão cada vez mais distante das pessoas, o que levou Mair (2003), a concluir que os partidos não só se tornaram mais distantes da sociedade em geral como também se aproximarem mais do mundo do governo e do Estado, ao ponto de se tornarem inextricáveis destes.

É indispensável uma clara melhoria da qualidade tradicional representação política, para que os cidadãos reganhem confiança nas instituições. (VIEGAS; PINTO e FARIA, 2004, p.17).



## CAPITULO IV

### OS PARTIDOS POLÍTICOS EM CABO VERDE

#### 1. O PAIGC e a independência de Cabo Verde

O PAIGC foi oficialmente criado em Setembro de 1956, por Guineenses e Cabo-Verdianos. A ideia de formar um movimento de libertação nacional da Guiné e de Cabo Verde partiu de Amílcar Cabral, numa altura em que tinha começado a surgir vários movimentos que reivindicava o fim da colonização em Africa.

Em Cabo Verde, O PAIGV acabou por se transformar em hegemónico em relação aos demais e, com essa supremacia, não houve espaço para confrontos entre os movimentos, tampouco houve dispersão de forças, ficando mais fácil prosseguir o ideal de independência (EVORA, 2004)<sup>38</sup>.

*“A imagem de “partido libertador” que o PAIGC terá conquistado as décadas de combate político, ideológico e militar tornou-o no partido com mais legitimidade para negociar o processo de independência nacional, afastando, da concertação, a União Democrática Cabo-Verdiano (UDC) e a união dos povos das ilhas de Cabo Verde UPICV), que perderam protagonismo no desfecho das lutas anticolonialista” (EVORA, 2013, p. 452).*

Em termos ideológicos, O PAIGC é um partido fortemente marcado pela ideologia marxista. Esta influência é devida ao facto de uma grande parte de seus dirigentes terem estudado em Portugal numa época em que vigorava as ideias marxistas. Não obstante esta influencia o PAIGC não chega a assumir uma definição ideológica clara.

*“A própria falta de homogeneização ideológica, na opinião de alguns analistas políticos, vai ser responsável por um certo mal-estar no seio do partido e para os mais radicais desta opinião, mais tarde este desconforto vai conduzir ao assassinato de Amílcar Cabral, fundador do partido e a consequente desintegração do mesmo, através do afastamento de alguns dos seus militantes e do próprio golpe de estado na guiné, que veio por fim ao projecto da unidade Guiné- Cabo Verde” (EVORA, 2004, P. 57).*

Esta falta de definição ideológica do partido acabou gerando vários conflitos internos dentro do partido.

A independência de Cabo Verde, a 5 de Julho de 1975, pôs fim ao regime colonial e levou a introdução de um regime não democrático, com um sistema de partido único. OPAIGC assumiu o poder uma vez que os outros partidos tinham ficados

---

<sup>38</sup> ÉVORA, R. (2004). Cabo Verde a abertura política e a transição para a democracia em Cabo Verde. Praia, spleen editora.

fora da luta pelo poder. Para Évora, (2004), a independência e emancipação política de Cabo Verde só foi possível graças a luta armada desencadeada no território guineense. Assim sendo a independência da guiné Bissau assim como a de Cabo Verde deve ser vista como uma vitória do PAIGC, que obrigou o Governo Português quer por via diplomática como através da guerrilha a reconhecer a Independência dos dois países. O PAIGC ficou responsável de levar a cabo a construção do estado de Cabo Verde e de suas instituições. A assembleia Nacional popular aprovou e fez promulgar uma lei sobre a organização política do Estado que num dos seus artigos consagrava o PAIGC como força política dirigente do estado de Cabo Verde que vigorou até a elaboração e aprovação da constituição de 1980 que também no seu artigo 4º consagrava o princípio do partido único.

## **2. Génese e evolução dos principais partidos políticos Cabo-Verdianos**

### **i. O PAICV: Partido Africano para a independência de Cabo Verde**

O surgimento do PAICV está directamente ligado ao golpe de Estado ocorrido na Guiné-Bissau, a 14 de Novembro de 1980, tendo desencadeado uma crise dentro do PAIGC..

A 23 de Janeiro de 1980, a conferência Nacional é convocada pelos altos dirigentes do partido, para analisar a crise interna do PAIGC. Nesta conferência foi demonstrada a intenção de se desligar da unidade Guiné- Cabo Verde. Após uma discussão nada fácil deu-se a mudança da sigla do partido de PAIGC para PAICV. Foi então que no dia 20 de Janeiro de 1981 que o partido foi declarado publicamente e oficialmente criado.

Após a ruptura da unidade com a Guiné Bissau e consequente criação do PAICV, em substituição do PAIGC, os dirigentes movidos pela necessidade de consolidar o poder em Cabo Verde realizaram o II congresso de 21 a 27 de Junho de 1983, cujo lema era “reforçar o partido e consolidar a independência”. O PAICV manteve a mesma postura ideológica do PAIGC. Segundo Sarmento e Costa (2013), naquela altura a oposição política encontrava-se organizada no seio da UCID e de outras organizações resultantes de dissidências várias em relação ao partido único.

O posicionamento do PAICV no ideário da esquerda democrática veio a ser no entender de Ramos (2012), reforçado durante a liderança de José Maria Neves e nos governos dirigidos por este. Em termos de estrutura formal o partido organiza a nível local, sectorial, regional e nacional.

## **ii. O Movimento para a Democracia (MPD)**

Para Ramos (2012), o MPD é um partido que surgiu no interior do sistema político democrático, durante o processo de transição democrática. Foi fundado por um grupo de quadros Cabo-Verdianos que integravam o partido único.

Segundo Furtado (1997)<sup>39</sup>, antes o MPD era uma associação política, formada essencialmente por quadros, depois transformou-se num movimento social que agrupa varias camadas sociais e que acaba por se transformar num partido Político. O seu objectivo inicial era fazer oposição ao PAICV e reivindicar a instauração de um regime Democrático. A queda do art.º 4 da constituição de 1981 leva-o a transformar-se em partido político, legalizado pelo supremo tribunal de justiça a 26 de Novembro de 1990.

No entender de Evora (2004), apesar da forte capacidade organizacional dentro do partido não era possível identificar uma definição ideológica clara. Pois só em 1997 o partido se define como sendo um partido humanista, mas sem definir como sendo de esquerda ou direita. Alega que com a vitória nas eleições de 1990, teve que criar um governo de gestão que funcionou como um governo provisório que tinha como objectivo garantir o funcionamento normal das instituições do Estado. Destaca o facto de ter sido o primeiro governo a ser eleito democraticamente em Cabo Verde. Todavia assim como o PAICV a falta de uma definição ideológica clara culminou em divergências no interior do partido criando divisões no seu seio e formação de novas forças políticas 93/94 e 2000, o Partido de Convergência democrática (PCD) e o Partido da Renovação Democrática (PRD).

---

<sup>39</sup> FURTADO, C. (1997). Génese e (Re) Produção da classe dirigente em Cabo Verde. Instituto Cabo-Verdiano do livro e do Disco.

### **iii. União Cabo-Verdiana independente e Democrata (UCID)**

UCID (União Cabo-Verdiana independente e Democrata) foi fundada a 13 de Maio de 1978 na Holanda no seio da comunidade Cabo Verdiana. “Foi inscrita no supremo tribunal de justiça a 1 de Junho de 1991, quatro meses após o início do processo de democratização em Cabo Verde não tendo conseguido participar no pleito eleitoral realizado no país” (RAMOS, 2012, p.58). Na sua fase inicial era marcado por um saudosismo colonial quando ainda era dirigido pelo governador antigo Cabo-Verdiano de simpatia spinolista Sérgio Duarte Fonseca. Depois da assunção da liderança por Lídio Silva, em Julho de 1987, a sua postura política identitária evoluiu para um forte nacionalismo Cabo-Verdiano de feição claridoso-crioulista. [...] “É a terceira força político na Assembleia Nacional, sem nenhum potencial de chantagem em relação à acção política, apesar de ser juntamente com o PAICV, um dos partidos com uma história substantiva antes do processo de democratização” (RAMOS 2012, p. 58).

Desenvolveu várias acções políticas na clandestinidade contra o governo de Cabo Verde como denúncias junto a algumas organizações internacionais, sobre a situação dos presos da reforma agrária. Criou estruturas de acção política clandestinas em algumas ilhas de Cabo Verde, onde transmitiam informações da situação do país para os membros do partido que residiam nos Estados Unidos, Alemanha e Holanda, enquanto esses enviavam a Cabo Verde material de propaganda.

A UCID define-se como um partido de inspiração cristã, com o objectivo de conseguir o apoio da igreja.

### **3. Mudança do sistema Partidário Cabo-Verdiano: De um sistema monopartidário ao Sistema bipartidário**

Desde a independência até a revisão constitucional de 1990, o PAICV era o único actor político. O processo de democratização quinze anos depois veio permitir um realinhamento do sistema partidário Cabo-Verdiano. Com a Queda do muro de Berlim, a 9 de Novembro de 1989, e das seguintes mudanças democráticas ocorridas no leste europeu. A queda do art.º 4º da constituição cabo-Verdiana, em 1990, a revisão constitucional que antecedeu a realização das primeiras eleições livres e competitivas de

1991, abre-se a possibilidade da livre formação dos partidos políticos e consequentemente a possibilidade do surgimento de novos actores políticos na arena política para a disputa dos pleitos eleitorais. Esta conjuntura institucional permitiu o nascimento de novos partidos no sistema partidário Cabo-Verdiano. Foi neste contexto que emergiu o MPD (Movimento para a Democracia), efectuada com a elaboração da sua declaração política e a sua publicação a 4 de Março de 1990.

A revisão constitucional de 28 de Setembro de 1991, consagrou do ponto de vista jurídico-constitucional, a mudança do regime político de partido único vigente até então para um sistema democrático pluripartidário. Esta mudança foi consagrada na revogação dos artigos 3º e 4º da constituição de 1980, que consagrava a democracia nacional revolucionária como regime oficial em Cabo Verde, e o PAICV como partido único.

A eleição legislativa de 13 de Janeiro de 1991 resultou na vitória esmagadora do MPD, liderado por Carlos Veiga. O PAICV foi afastado do poder com a vitória ao Movimento para a Democracia (MPD), o que, pode ser visto como um “voto de protesto do povo” que quis demonstrar o seu desagrado pelos governantes anteriores e, ao mesmo tempo, a esperança e a confiança nos renovadores.

A Democracia Cabo-Verdiana ficou desde então geneticamente marcado pela bipolarização política – partidária, favorecido pela recusa de legalização da UCID por parte do supremo tribunal de Justiça, devido ao não preenchimento dos requisitos mínimos exigidos na lei dos partidos políticos, recentemente aprovada, nomeadamente a sua implementação no conjunto das nove ilhas habitadas do território nacional. O sistema de partido único foi formalmente extinto formalmente e organicamente com a revisão constitucional de 1990 e institucionalmente dissolvido com as eleições legislativas de 13 de Janeiro, e por ultimo as eleições presidências de 17 de Fevereiro de 1991.

Ramos (2012), afirma que, após dois mandatos consecutivos do MPD, as críticas aos novos protagonistas políticos começaram a surgir, e que em 2001 os cidadãos voltaram a colocar o PAICV à frente do país, gerando, dessa forma uma bipolarização partidária no arquipélago.

Até hoje a expressão de outras forças políticas é pouco expressivo, o pelo que pode ser visto através da distribuição de deputados na Assembleia Nacional, após as eleições legislativas de 2011, nas quais PAICV obteve 39 mandatos, o MPD 32 e a União Democrática Cabo-Verdiana e Independente (UCID) apenas 2.

No entender de Costa (2013)<sup>40</sup>, a nova constituição (a de 25 de Setembro de 1992), para uns, marca o culminar da transição política e a instituição da segunda República enquanto consubstanciação plena de um Estado Social e Democrático de Direito. Enquanto para outros seria sinónimo da fundação do estado de Direito democrático fundado na terceira república, uma vez que a segunda seria teria sido fundada com a queda do art.º 4 da constituição de 1980. Ainda há quem considere ser a consagração da segunda república as eleições legislativas e presidenciais de Janeiro e Fevereiro de 1991, seguido da revisão constitucional de Setembro de 1990 e a queda dos artigos art.º 3º e 4º da constituição de 1980.

---

<sup>40</sup> COSTA, S. (2013). Sociedade civil e Qualidade da Democracia em Cabo Verde: entre a letárgica cívica e a omnipresença do leviatã. In: SARMENTO, C. e COSTA, S. Entre Africa e a Europa, Nação, estado e Democracia em Cabo Verde. Coimbra, Almedina, pp.273- 329.

## CAPITULO V

### 1. Estado dos Partidos políticos em Cabo Verde

Neste capítulo pretende-se fazer uma análise empírica e descritiva dos factores explicativos da crise dos partidos políticos no contexto Cabo-Verdiano.

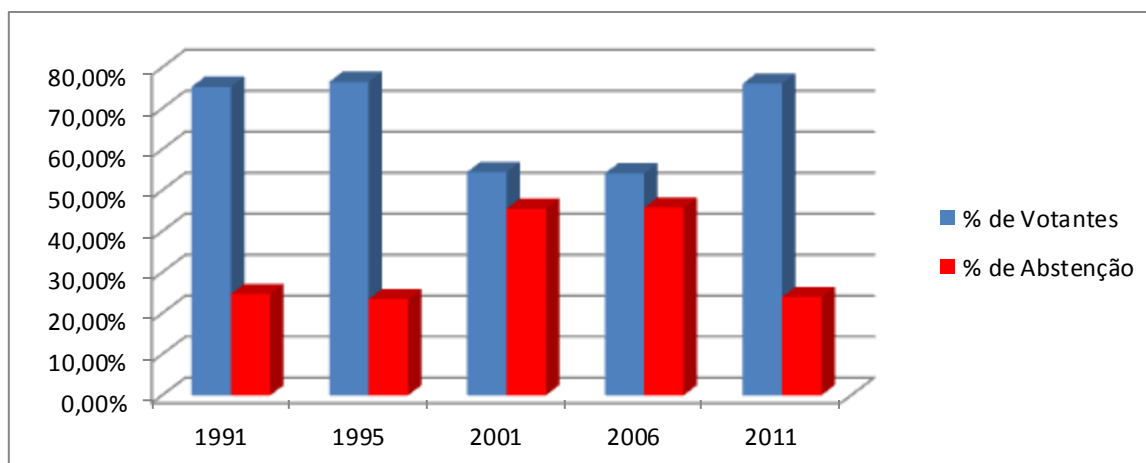
#### i. Abstenção eleitoral

**Quadro 1: Resultados das eleições Legislativas em Cabo Verde de 1991 - 2011**

	1991	1995	2001	2006	2011
<b>Nº inscritos</b>	166.818 100%	207.648 100%	260.126 100%	322.767 100%	298.567 100%
<b>Nº Votantes</b>	125564 75.27%	158.901 76.5%	141.836 54,5%	174.830 54.17	226.942 76.07
<b>Abstenção</b>	41.254 24.73%	48.747 23.48%	118.290 45,5%	147.937 45,83	71.625 23.98

Fonte: Elaboração nossa partir dos dados das eleições legislativas da CNE

**Gráfico 1: Resultados das eleições Legislativas em Cabo Verde de 1991 - 2011**



Fonte: Elaboração nossa partir dos dados das eleições legislativas da CNE

De acordo com o quadro e o gráfico número 1, sobre as eleições legislativas em Cabo Verde, constata-se que, o número de abstenções tem-se mostrado irregulares. Em 1995, houve uma ligeira diminuição na taxa de abstenção eleitoral em relação ao ano de

1991, constituindo uma variação de 1,25%. A abstenção aumentou consideravelmente em 2001 de 23,48% para 45,5%, variando mais de 20%, voltando a aumentar ligeiramente em 2006 para 45,83%. O ano de 2011 registou-se a maior descida na taxa de abstenção eleitoral, com uma variação significativa de 21,85%, baixando de 45,83% para 23,98%. 2011 foi o ano em que se registou um maior nível de participação eleitoral em Cabo Verde.

Embora as taxas de abstenção tenham diminuído nas últimas eleições, os resultados ainda permanecem insatisfatórios. São várias as razões apontadas para a abstenção eleitoral. Para Évora (2004) os principais motivos para a abstenção eleitoral resultam do desencanto político das pessoas, por não verem os seus problemas resolvidos e também pelo facto do voto não ser obrigatório. Ainda a autora destaca que o passado colonial extremamente repressivo, juntamente com os anos de regime autoritário e o facto de os primeiros anos de democratização terem sido marcados por muitos acontecimentos que marcam uma certa continuidade com o passado, acabaram por produzir uma cultura política passiva, de baixo engajamento cívico, de pouca participação popular. Constituindo assim no seu entender numa das fragilidades do governo. Esta teoria é confirmada também com os inquéritos do afrobarómetro que demonstram que a participação política não faz parte da cultura cívica do Cabo-verdianos. Embora nesses estudos 35% dos inquiridos justificam a não participação por motivos de ordem pessoal/ familiar, as principais causas da não participação num acto eleitoral estão relacionados com o sistema político e com o comportamento dos representantes políticos. Pois a forma como os representantes actuam numa sociedade influencia o comportamento eleitoral das pessoas. Ainda em inquéritos realizados pelo afrobarometer/ afrosondagem, a maioria dos inquiridos consideram que os responsáveis políticos não se importam com aquilo que pensam. Este facto torna-se desmotivante, levando a diminuição da participação eleitoral.

Para Silva<sup>41</sup>, as atitudes inconsequentes dos partidos políticos, na lógica do vale e de querer ganhar as eleições, a todo custo, não contribui para incentivar a participação cívica e o exercício da cidadania plena dos Cabo-Verdianos na política.

---

<sup>41</sup> Entrevista realizado por nós a Silva, Lidio, Deputado da UCID, em 16/06/2014



Nesta linha Fonseca<sup>42</sup> acredita que se têm incentivado a participação política dos Cabo-Verdianos, por outro lado assinala porém que o discurso e a acção são duas coisas completamente diferentes. Embora os discursos estimulem a participação, as acções não tem tido o mesmo efeito. Afirmo que o discurso e a acção devem andar juntas, mas como na prática isto não acontece, o discurso não tem tido o impacto que deveria ter, gerando deste modo muita desconfiança, desmotivação e frustração por parte das populações, o que vem desmobilizando assim as populações para a participação política.

Para Graça<sup>43</sup> os partidos não têm desempenhado bem as suas funções, nomeadamente de esclarecer a sociedade, e trabalhar na consolidação da democracia, funcionando mais como máquinas de campanha, mas ainda ressalta que o próprio Cabo-Verdiano não se interessa pela política. Muitas vezes os cidadãos olham para política com desprezo, mas deveriam interessar-se mais, pois atribui o sucesso de Cabo Verde ao bom desempenho dos partidos políticos. Do seu ponto de vista para contornar esta situação os partidos políticos tem que apostar mais na formação dos seus militantes.

Todavia para Silveira<sup>44</sup> a incentivação a participação é feita pelos partidos, mas sobretudo na altura das campanhas eleitorais, mas não se vê nenhum desses partidos nos bairros a ensinar as pessoas as coisas mais elementares, como por exemplo, o que é a cidadania, órgãos de poder, não se vê nenhum político nas ruas a moderar temas pedagógicos, ou seja, do seu ponto de vista não levam a instrução ao povo mas sim motivos, intenção de arrebatar.

---

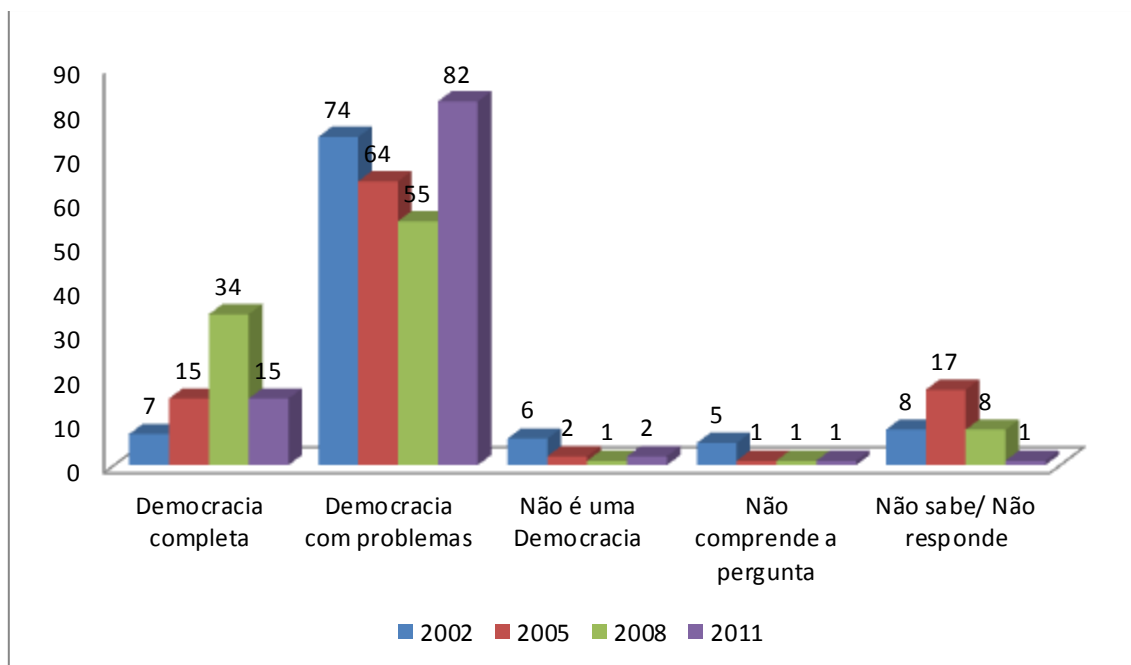
<sup>42</sup> Entrevista realizado por nós a Fonseca, Celeste Presidente da Assembleia Municipal de São Vicente, em 16/06/2014

<sup>43</sup> Entrevista realizado por nós a Graça, Alcides Presidente da Comissão Política Regional de São Vicente, em 16/06/2014

<sup>44</sup> Entrevista realizado por nós a Silveira, Onésimo, Cientista Político, em 18/06/2014

## ii. Avaliação da Democracia

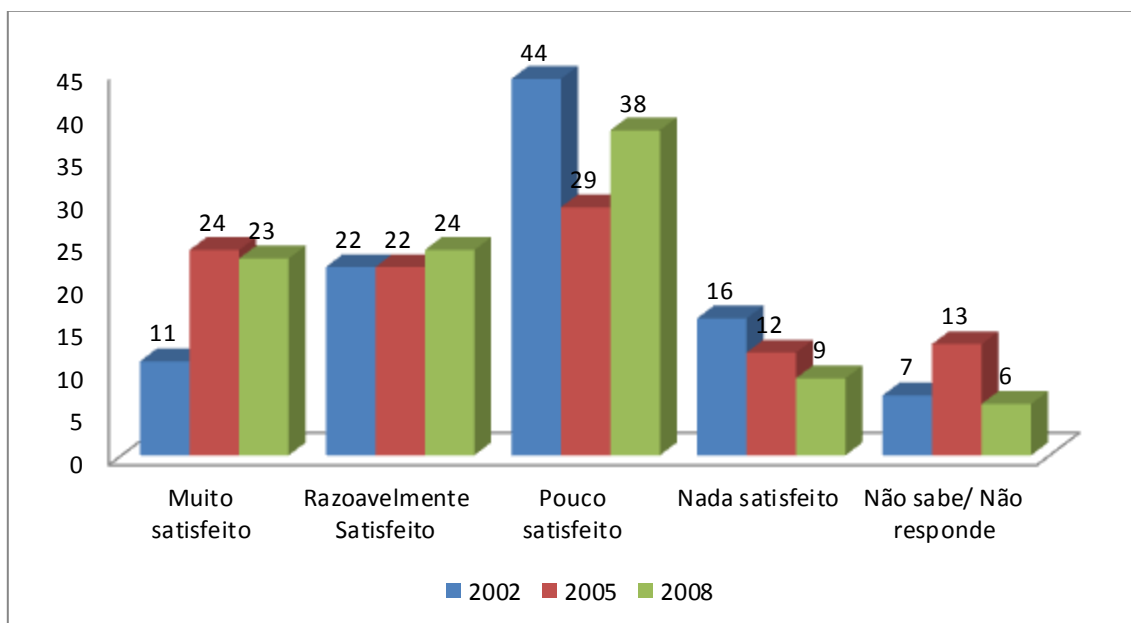
**Gráfico 2: Percepção dos cidadãos sobre a Democracia**



Fonte: afrobarometer/ afrosondagem

No gráfico acima (2), podemos ver que em 2002 a maior parte das pessoas, 72% considerava que a Democracia Cabo Verdiana era uma Democracia com problemas enquanto que 34% via nela uma Democracia perfeita, e 6% não considerava-o uma Democracia, porém em 2005 apenas 15 % das pessoas viam a Democracia como sendo perfeita e 54% o classificavam como sendo uma Democracia com problemas, no entanto diminui o número daqueles que achavam que não era uma Democracia, passando de 6% para 2%. Em 2008, 34% dos inquiridos classificavam a Democracia Cabo Verdiana como sendo perfeita, e 55% classificava-o como sendo uma democracia com problemas. De uma forma geral a maior parte dos Cabo-Verdianos desde 2002 acreditam que a nossa Democracia é uma Democracia com problemas, evoluindo de 55% em 2002 para 82% em 2011. Apenas 5% consideram-no uma Democracia perfeita e para 1% não se trate de uma Democracia.

Como se pode constatar da leitura do gráfico a maior parte dos Cabo-Verdianos acreditam que a Democracia Cabo Verdiana apresenta ainda muitos problemas.

**Gráfico 3: Satisfação com a Democracia (2002-2008)**

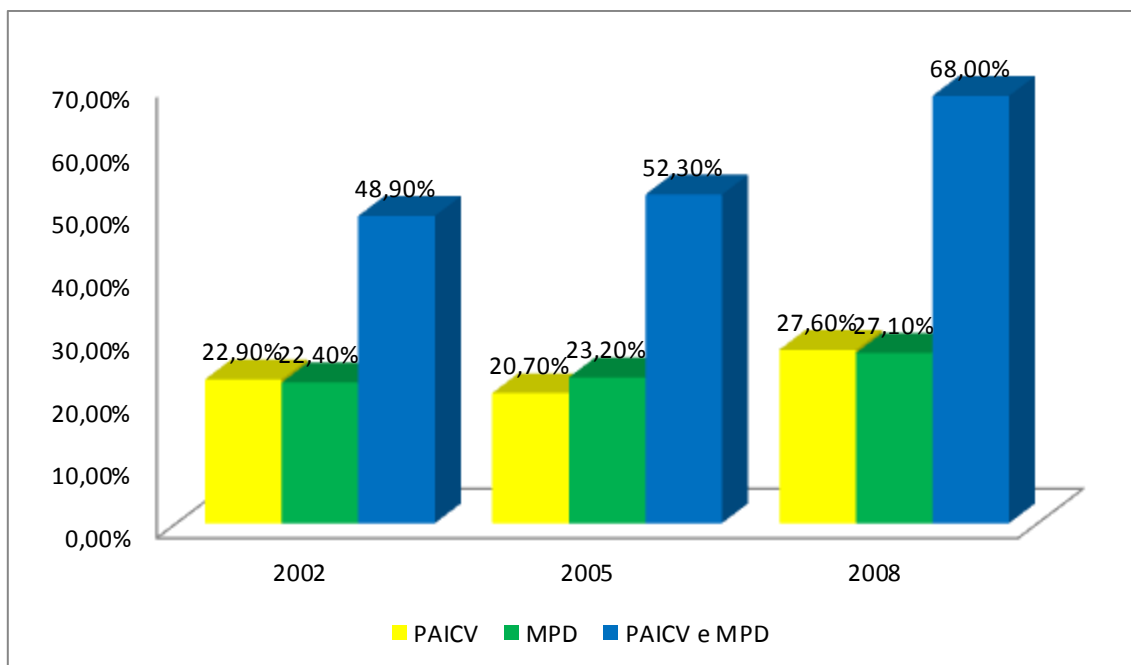
Fonte: afrobarometer/ afrosondagem

No gráfico acima (2), podemos ver que em 2002 a maior parte das pessoas, 72% considerava que a Democracia Cabo Verdiana era uma Democracia com problemas enquanto que 34% via nela uma Democracia perfeita, e 6% não considerava-o uma Democracia, porem em 2005 apenas 15 % das pessoas viam a Democracia como sendo perfeita e 54% o classificavam como sendo uma Democracia com problemas, no entanto diminui o numero daqueles que achavam que não era uma Democracia, passando de 6% para 2%. Em 2008, 34% dos inquiridos classificavam a Democracia Cabo Verdiana como sendo perfeita, e 55% classificava-o como sendo uma democracia com problemas. De uma forma geral a maior parte dos Cabo-Verdianos desde 2002 acreditam que a nossa Democracia é uma Democracia com problemas, evoluindo de 55% em 2002 para 82% em 2011. Apenas 5% consideram-no uma Democracia perfeita e para 1% não se trate de uma Democracia.

Como se pode constatar da leitura do gráfico a maior parte dos Cabo-Verdianos acreditam que a Democracia Cabo Verdiana apresenta ainda muitos problemas.

### iii. Identificação partidária

**Gráfico 4: Identificação partidária (2002, 2005 e 2008)**



Fonte: afrobarometer/ afrosondagem

O gráfico 4, mostra a evolução da identificação dos Cabo-Verdianos com os dois maiores partidos políticos Cabo-Verdianos, O PAICV e o MPD. Em 2002 a maior parte dos inquiridos se identificavam com o PAICV com 22.90 % enquanto que 22.40% se identificava com o MPD. No total 48.90% se identificavam com esses dois partidos, porem em 2005 a situação reverteu-se. A maior parte dos inquiridos se identificavam com o MPD. Já em 2008 a situação reverteu-se de novo passando o PAICV a dispor de uma maior percentagem simpatizantes que o MPD. Analisando comparativamente os dados é de se notar que o número de pessoas que se identificam com os partidos políticos Cabo- verdianos tem-se aumentando consideravelmente.

#### iv. O sistema de partido

**Quadro 2: Número de Deputados eleitos por partido (1991 – 2011)**

Partidos	1991	1995	2001	2006	2011
PAICV	23	21	40	41	38
MPD	56	50	30	29	32
UCID				2	2

Fonte: BO de Cabo Verde

Da leitura do quadro acima, consegue-se facilmente identificar uma bipolarização em Cabo Verde entre o PAICV e o MPD. Em 1991 e 1995 MPD conseguiu eleger o maior número de deputados que o PAICV, 56 contra 23 em 1991 e 50 contra 21 em 1995. Todavia nas eleições seguintes de 2001 a 2011 o PAICV conseguiu eleger um maior número de deputados. 40 contra 30 em 2001, 41 contra 29 em 2006 e 38 contra 32 em 2011. Em relação a UCI só conseguiu eleger deputados nos anos de 2006 e 2011, tendo elegido apenas 2 em cada uma dessas eleições.

Para Evora (2013), a preservação da maioria dos círculos eleitorais de dois deputados, a atribuição de mandatos através do método D'Hondt, a barreira estabelecida de 5% do total de votos validos para que um partido consiga assento na Assembleia Nacional, definiu o bipartidarismo em Cabo Verde. Destaca que este sistema tem permitido a formação de governos coesos e estáveis.

Porem Silva<sup>45</sup> Alega que com a bipolarização saímos a perder porque a essência da democracia é a alternância política. Cabo Verde precisa ter mais partidos, precisa dividir não para reinar mas para viabilizar porque quando somos mais de dez ou vinte a pensar consegue-se pensar melhor do que 2 ou 3.

Fonseca<sup>46</sup> a bipolarização seria o cenário ideal, acredita Seria saudável que criassem condições para surgir novos partidos políticos, fortes, estruturados saudáveis, com capacidade para cumprirem quase que em pé de igualdade com o PAICV e o MPD nas eleições. Duas condições sine-qua-non para haver mais partidos seria a facilitação do acesso aos meios de comunicação e atribuição de subsídios Todavia reconhece que

<sup>45</sup> Ibidem p. 45

<sup>46</sup> Ibidem p. 46

este fenómeno da bipolarização não é especificamente de Cabo Verde, acontece em quase todo o mundo, cita assim o exemplo de Portugal que quando não é o PS é o PSD e vice-versa.

Em relação a este assunto Silveira<sup>47</sup> utiliza o exemplo de Maurice Duverger que demonstram que a tendência histórica é para haver cada vez menos partidos políticos, ao eliminar-se uns aos outros a tendência é de existir um só partido. Portanto não consegue prever a implantação de um outro partido em Cabo Verde.

#### v. Relação dos cidadãos com os atores políticos

**Quadro 3: Relação com os Atores políticos (%)**

Durante o ano anterior quantas vezes fez contacto com...	Deputados da Assembleia Nacional				Dirigente de um Ministério do governo			
	2002	2005	2008	2012	2002	2005	2008	2012
Nunca	91	90	87	91	90	91	88	92
Só uma vez	3	3	4	2	5	2	2	2
Poucas vezes	4	4	4	4	4	4	6	4
Muitas vezes	2	2	2	3	1	2	2	2
Não Sabe	0	1	3	0	0	0	3	0

Fonte: afrobarometer/ afrosondagem

No quadro numero 3, pode-se constatar que a maior parte dos inquiridos nunca fizeram contacto com os membros do governo. O que mostra que não existe uma aproximação como deveria dos cidadãos com os políticos Cabo-Verdianos, e quanto menos for o contacto directo com os eleitores mais distante eles ficarão dos partidos.

Tores e Antunes (2001), ressaltam que o declínio da organização partidária tem uma enorme importância na credibilidade das instituições e da democracia. Por isso há uma necessidade de combater todos os factores limitadores e condicionadores da filiação partidária e do empenho militante.

<sup>47</sup> Ibidem p. 46

Para Pina (2013), não obstante as mudanças políticas ocorridas em Cabo Verde, há ainda em termos político-cultural a continuidade de traços que tendem a manter uma correlação negativa com a lógica democrática, que se traduz nalgumas fragilidades do sistema, principalmente em relação à cultura política de pendor particularista, traduzidas na existência de atitudes impeditivas por parte da esfera governativa, e relações com a sociedade civil, incapazes de fomentar uma interação mais regular e íntima dos cidadãos com o funcionamento das estruturas políticas democráticas.

Évora (2001), destaca que depois da abertura política instala-se uma divisão da sociedade entre os adeptos do MPD e do PAICV, sendo que raramente os interesses do país são colocados acima dos interesses partidários. O que para ele constitui um dos grandes males da nossa democracia, o que não permite um diálogo entre as correntes de pensamento, e não permite que as opiniões sejam argumentadas fora do quadro, de um “fundamentalismo partidário”. Em vez de se desenvolver capacidade para pensar por si só, assimila-se o consentimento formado pelo partido a qual se vincula. Ainda a autora confirma sua opinião com base numa entrevista realizada a Daniel Medina, onde este afirma que a partidarização também passa pelos meios de comunicação que por si só não tem capacidades de sobrevivência.

**vi. Nível de confiança dos cidadãos em relação aos partidos Políticos****Quadro 4: Nível de Confiança dos cidadãos nas Instituições Cabo-Verdiana**

Até que ponto você confia Razoavelmente/Muito em cada um dos seguintes	2005	2008	2011
O Exército	-	-	71
Os Tribunais Judiciais	66	50	69
O Presidente da República	47	45	66
O Primeiro-Ministro	48	45	60
A Polícia	60	46	60
A Assembleia Nacional	48	45	58
O Executivo Camarário (Presidente e Vereadores)	-	45	56
A Comissão Nacional de Eleições	44	44	55
O Partido no Poder	44	40	55
Funcionário das Finanças	-	-	52
Os partidos políticos da oposição	47	38	51
Vereadores	-	-	15

Fonte: afrobarometer/ afrosondagem

Da análise do quadro nº4, podemos ver que das instituições em Cabo Verde, os partidos políticos são os que menos confiança gozam dos Cabo-Verdianos. Todavia os Partidos Políticos da Oposição mereceram um maior grau de confiança comparativamente ao Partido no poder, muito embora a diferença não seja tão substancial, ou seja, 47% contra 44%.

Segundo alguns inquéritos realizados pelo afrosondagem, não obstante o elevado grau de satisfação manifestado pelos cidadãos com o funcionamento da democracia de uma maneira geral, a credibilidade dos políticos junto dos cidadãos encontra-se muito em baixo. A maioria dos Cabo-Verdianos, (86%) acredita que na maioria das vezes os políticos fazem promessas somente para serem eleitos, contra 6% que têm opinião contrária, ou seja, para essa minoria os políticos nunca ou raramente agem dessa forma.

Muitos cientistas políticos consideram que o facto de os partidos não estarem a desempenhar bem as suas funções, lutar por interesses próprios ao invés daqueles a que



foram eleitos, prometer e não cumprir suas promessas, acabam por reforçar a desconfiança das pessoas, chegam a conclusão de que os partidos estão em crise.

“O desrespeito pela vontade dos cidadãos tem como contrapartida a erosão da legitimidade do sistema político” (TORES e ANTUNES, 2011, p. 151).

Para Teixeira (2009), muitos estudos a nível internacional tem relacionado o declínio da confiança com o processo de mudança cultural nas sociedades industriais avançadas, que estão preocupados com a ordem e a subsistência económica. Nessas sociedades que estão a passar por melhorias nas condições de vida, terciarização da economia, crescente urbanização, passagem de uma organização do tipo social comunitário, para um tipo fragmentado e individualizado, o aumento do impacto dos meios de comunicação enquanto fontes de informação e agentes de socialização política, aumento sem precedentes de níveis de educação e das capacidades cognitivas individuais, ou seja, são para ela, todo um conjunto de que acabam por transformar o perfil sociológico e psicológico dos eleitores contemporâneos que passam a ser mais instruídos, informados, sofisticados, mas também mais exigentes, críticos e cépticos em relação as fontes tradicionais de autoridade.

Numa entrevista feita por nós a Graça<sup>48</sup> considere que essa desconfiança está relacionada ao facto dos Cabo-Verdianos avaliarem os partidos políticos como máquinas de campanha, ou seja, estes só aparecem na altura das campanhas com promessas e depois não cumprem.

Tambem em entrevista realizado por nos a Silva<sup>49</sup> aponta que isto só tem ele uma leitura: que se traduz no facto de ao quererem ganhar a todo custo os partidos laçam-se de uma forma desenfreada na compra de consciência dos eleitores mais incautos que culmina na vergonhosa boca de urna. Que promovem festas durante as campanhas, porem durante o mandato nem sequer visitam os bairros mais pobres e muito menos conhecem ou falam com os eleitores. Nesta mesm linha de pensamento, Fonseca<sup>50</sup> além de demonstrar a mesma opinião dada por Graça, acrescenta a corrupção, e o fato dos cidadãos não verem elevar-se o seu nível de vida devido ao desemprego, pobreza, problemas de saúde, entre outros. Para ela quando elegemos um partido para

---

<sup>48</sup> Ibidem p.46

<sup>49</sup> Ibidem p.45

<sup>50</sup> Ibidem p.46

governar este só merece a nossa confiança na medida em que, cuida dos nossos interesses. Caso isto não aconteça, os partidos acabam por cair no descrédito das populações.

Ainda em relação a este assunto, Silveira<sup>51</sup> considere essa insatisfação pode ter duas linhas, falta de preparação da sociedade civil para criticar, para avaliar, ou então decorre de uma coisa muito simples, que é o facto de as pessoas terem de dar a opinião mesmo quando não conhecem as questões sobre as quais estão a pedir a sua opinião. Também isto acontece pelo facto dos partidos estarem mais perto das decisões, logo ao se sentir que as coisas não estão bem atribui-se a culpa ao funcionamento dos partidos. Ressalta que sociedade civil ainda não está apedrejada para fazer uma avaliação correcta do desempenho dos partidos, mas nós não podemos de maneira nenhuma basear nisto para dizer que a opinião pública não está correcta, porque podem é não estar bem informada, e não estando bem informada não podem fazer bom juízo. Do seu ponto de vista temos uma sociedade civil ainda bastante deficitária em termos de cultura política e cívica, e quando se chega nos bairros e fazendo perguntas corriqueiras as pessoas não sabem responder, porque a sua instrução não os permite. Destaca que combater o analfabetismo é insuficiente, é preciso também levar as pessoas um grau de instrução, que lhes permitem intervir com conhecimento de causa. Porém ressalta que o importante em democracia é saber respeitar a opinião das pessoas, mesmo quando elas não estão correctas contam, porque a democracia é também uma questão de números. Ainda afirma que não estamos satisfeitos com os nossos partidos e temos razões, porém, também temos razões para atribuir aos partidos uma contribuição positiva, e que ao analisarmos o desempenho dos partidos, podemos ver que o que temos é uma contribuição mais positiva do que negativa.

## **vii. Os Partidos políticos e os grupos de pressão**

Como demonstramos na revisão da literatura, são muitos os autores a nível internacional, que acreditam que algumas instituições como os grupos de pressão estão a exercer funções que cabia exclusivamente aos partidos políticos e estes chegam mesmo a afirmar que se esta perante uma crise dos partidos políticos, uma vez que os

---

<sup>51</sup> Ibidem p.46

partidos correm o risco de serem substituído por essas organizações. Todavia se “os partidos muito contribuíram para descredibilizar a política e o sistema representativo, os movimentos alternativos não partidários ainda não deram provas suficientes para credibilizarem um sistema democrático alternativo ao actual” TORRES E ANTUNES, 2011, p. 154).

Silva <sup>52</sup> não concorda com as correntes de opinião a nível internacional, pois acredita que os grupos de pressão têm e terão sempre o seu espaço, mas nunca poderão substituir os partidos.

Por outro lado Fonseca<sup>53</sup> acredita que os grupos de pressão constituem um risco para os partidos políticos, que muitas vezes desempenham o papel dos partidos políticos, que a partida devia ser dos partidos políticos, desde as ONGs, organizações de apoio ao empresariado e a justiça.

Graça<sup>54</sup>, demonstra ter a mesma opinião que Silva porem ainda acrescenta que o que acontece é que podem submeter aos interesses desses grupos de pressão.

Ainda em relação a esta questão Silveira<sup>55</sup> diz que o governo não pode agir sem o apoio dos partidos, de maneira que, as grandes empresas utilizam por vezes os partidos como os seus “lobbies”. Isto ocorre em quase toda parte do mundo, todos os dias. São deputados que são corrompidos, corrompem a sua função para em troco de recompensas fazer passar os interesses estranhos ao parlamento, estranhos até ao povo. O parlamento está cercado por um conjunto de regras e os deputados têm que os respeitar, mas os grupos de pressão saltam esta barreira para atingirem os seus fins. Afirmo que quando se escuta os debates do parlamento muitas vezes há a sensação de que os deputados ou partido esta a favorecer alguma empresa, de maneira que existem em Cabo Verde empresas que financiam campanhas partidárias e campanhas para deputados. Quando investe milhares num deputado isto quer dizer que quando ele chegar ali vai “pagar a factura” como se diz em Cabo Verde.

---

<sup>52</sup> Ibidem p.45

<sup>53</sup> Ibidem p.46

<sup>54</sup> Ibidem p.46

<sup>55</sup> Ibidem p.46

### **viii. Os partidos políticos e os média**

Em relação à liberdade de Imprensa Cabo Verde tem assumido lugar de destaque a nível mundial. No relatório de 2011 dos Reporters sem Fronteiras sobre a liberdade de imprensa no mundo, o país surgiu num “surpreendente” 9º lugar, tendo a frente apenas países de democracias muito consolidadas. Neste sentido Évora (2013) considere que por um lado enquanto os governantes mostraram posições que enaltecem o espaço que Cabo Verde ocupa, os mais críticos na sociedade estranham o facto de Cabo Verde ter ocupado tal posição, chegando mesmo a ocupar posição à frente das democracias mais consolidadas como os estados Unidos e a França. Ainda esta autora considera que em Cabo Verde não se pode falar num “mercado de comunicação”, uma vez que, o que existe é uma luta para a sobrevivência. Para ele um país economicamente frágil, com um débil parque empresarial, os órgãos de comunicação tornam-se consequentes com a divisão partidária da estrutura social.

Silva<sup>56</sup> considere os média importante em todos os Estados democráticos, pena que em Cabo Verde, na sua grande maioria fazem um grande frete ao poder instalado e só em situações pontuais exercem com isenção a função. Em Cabo Verde está mais do que patente de que os meios de comunicação social só constituem um perigo para a sobrevivência dos partidos que estão na oposição, na medida em que estão sintonizados com o poder numa logica de subserviência total, a manter-se esta situação corre-se o grande risco da democracia nunca conseguir sair da teoria porque os media continuam a ignorar e em alguns casos até a silenciar as acções da oposição e a dar todo o destaque aos governantes.

Graça<sup>57</sup> aponta que os média podem influenciar a vida dos partidos como também a própria sociedade, o facto é que, às vezes é exercido sem ética de forma a defender interesses próprios em vez de defender a democracia. Não vê riscos na comunicação social para os partidos políticos, desde que haja ética no exercício da profissão.

---

<sup>56</sup> Ibidem p.45

<sup>57</sup> Ibidem p.46

Para Fonseca<sup>58</sup> estes podem ser considerados um desafio para os partidos políticos, na medida em que constituem a voz do povo, é o fiscalizador dos partidos políticos, particularmente quando o partido político está no poder. Enquanto proponente da agenda política, crítico, tem um papel determinante na sociedade, acredita que é o que mais pressão faz sobre os partidos e os governos. Com o advento da internet este papel de fiscalizador e crítico aumentou exponencialmente.

Para Silveira<sup>59</sup>, há instâncias onde não só se diz que os media é um quarto poder, como também que é um quarto poder que deveria ser regulado institucionalmente considerado um órgão de soberania. Questiona se isto quer dizer que os Estados iriam mandar nos media. Responde que, não se trate da soberania neste sentido, mas sim deveria ter um enquadramento constitucional semelhante ao dos órgãos de soberania. Com poder decisivo, os media hoje podem mandar por terra qualquer governo, por isso é que os governos tendem sempre ou financiar ou facilitar um determinado media. Destaca que em Cabo Verde temos uma situação perigosíssima: os media com a maior força, a radio e televisão são propriedade do governo, o que é do seu ponto de vista muito mal. Neste sentido afirma que a democracia Cabo-Verdiana está em muito maus lençóis. Quem é que na comunicação social vai ter coragem de enfrentar de cara o governo com as suas asneiras. O governo é que nomeia o chefe da televisão, o chefe da radio, de maneira que é um grupo muito vasto, muito influente, o governo a comandar, controlar e financiar a comunicação social. Considere que não há autonomia dos jornais em Cabo Verde, pois apesar de poder escrever o que se quiser nos jornais, porem o que mais interessa uma vez que têm impacto imediato e maior nas pessoas, são a radio e a televisão que, no entanto, são propriedades do governo.

## **ix. O posicionamento Ideológico dos Partidos Políticos**

Em relação a variável, desvinculação ideológica. Pudemos constatar que é um tema que tem sido muito abordado ultimamente. No dizer de Viegas Pinto e Faria (2004), enquanto a orientação ideológica esquerda/ direita e a proximidade aos partidos políticos constituem pontos de ancoragem tradicionais das orientações e comportamentos políticos, a perda destes pontos de referência reflectir-se-á na retracção eleitoral. Mair (2003), afirma actualmente todos os eleitores são mais ou menos

---

<sup>58</sup> Ibidem p.46

<sup>59</sup> Ibidem p.46

acessíveis a todos os partidos, também todos os partidos estão mais ou menos disponíveis para todos os eleitores, nesta medida conclui que a noção de política como conflito ideológico está em declínio.

Muitos autores têm falado sobre a perda dos vínculos ideológicos dos partidos a nível internacional, ou sobre uma igualdade ideológica de todos os partidos que se deslocam ao "centro", referindo a este como uma estratégia eleitoral por parte dos partidos ou mesmo uma das causas da crise dos partidos políticos. Assim como a nível internacional em Cabo Verde tem-se falado sobre esta questão.

É assim que Correia<sup>60</sup> alega que a comunicação social tem tocado de forma mais insistente, nos últimos dias, o sino da igualdade ideológica entre os partidos políticos. Tendo mesmo anunciado o apocalipse ideológico em Cabo Verde. No seu entender este tipo de comunicação interessa e beneficia o partido do Governo. Para ele isto não passa de uma tentativa de demonstrar que todos os partidos são iguais, quando não é verdade, criando uma enorme discrepância entre a teoria e a prática, entre os discursos e os actos, relativamente a todos os actores políticos.

Na mesma linha Costa (2013), afirma que ao analisarmos a orientação política, os programas eleitorais e os discursos dos dois principais partidos (PAICV e MPD), percebe-se que a distância e o grau de polarização entre eles é praticamente nulo. As ideologias (dicotomia entre esquerda /direita) está sendo substituído pelo princípio de pragmatismo e eficácia eleitoral. Ainda constata que é nesta vaga de pragmatismo eleitoralista e de enviesamento ideológico que emergem, no contexto da democracia Cabo-Verdiana, as logics clientelares como forma de mobilização eleitoral, exacerbado ainda mais, por uma sociedade civil letárgica e por um eleitorado vulnerável, com baixa sofisticação política e, portanto do seu ponto de vista, incapaz de avaliar objectivamente os programas eleitorais.

Ramos (2012), destaca que em matéria de ideologias os três partidos apresentam características próprias do partido catch all. Pois considera que existe uma relativa indefinição e moderação programática. Esses partidos assumiram a arena eleitoral como opção estratégica durante o processo de democratização, uma vez que precisavam de se institucionalizar as respectivas organizações e de se posicionar no novo sistema

---

<sup>60</sup>Olavo Correia, [Em linha]. Disponível em [http://www.mpd.cv/index.php?option=com\\_content&view=article&id=226:a-armadilha-ideologica-em-cabo-verde&catid=12&Itemid=275](http://www.mpd.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=226:a-armadilha-ideologica-em-cabo-verde&catid=12&Itemid=275), [consultado em 22/06/2014]

partidário a fim de disputar os votos dos eleitores disponíveis. Uma vez confrontados com a indefinição sociológica do eleitorado apelaram ao voto de todas as classes sociais.

Fonseca<sup>61</sup> também concorda com a perda das ideologias por parte dos partidos políticos, uma vez que hoje em dia interessa aos partidos políticos basicamente o poder, o que de certa forma é o resultado das mudanças sociais que tem vindo a ocorrer. Porém não acredita que a questão ideológica seja tao importante para a maioria das pessoas.

Numa perspectiva completamente diferente Silva<sup>62</sup> não concorda com esta teoria porque no seu entender os partidos que não tem uma base ideológica solida não tem futuro. Porem por outro lado admite que no caso concreto de Cabo Verde podem existir partidos que não estão alinhados com nenhuma ideologia concreta e outros que mesmo estando não a praticam porque interesses outros os desviam do alinhamento político científico.

Segundo Silveira<sup>63</sup> houve um congresso em Itália nos anos 50 onde um cientista político falou no fim das ideologias. Acredita que um partido sem ideologia seria o fim de tudo, pois no seu entender isto não passa do resultado de um modismo científico do que de um pensamento político, porque dizer que os partidos já não servem princípios ideológicos é completamente falso, que estes deveriam apontar exemplos. Afirma que em qualquer país a mudança de regime traz consigo uma força ideológica. Muda-se de regime porque ideologicamente pensa-se na necessidade de mudar de regime. O fim das ideologias não é um exagero, mas sim uma fábula politica que não tem razão de ser. Todavia vê a mudança dos eixos de esquerda ou direita para o centro como uma mudança dos partidos, demonstra que mesmo na Europa a uma radicalização do centro e da Direita, numa marcha para a esquerda. Em França o partido da extrema-direita está a caminhar para o centro, e o partido socialista que é da esquerda para safar tem de marchar para o centro. No seu entender esta ideia de marchar para o centro traduz mais uma luta para o eleitoral do que uma luta ideológica. Quando isto acontece não perdem o vínculo ideológico, mas sim o modo operandis, o modo de operar. A sociedade pode mudar num dia e mudar noutro dia, muda-se, mais para o centro, mais para esquerda ou direita. São necessidades tácticas dos partidos. Os princípios ideológicos no seu

---

<sup>61</sup> Ibidem p. 46

<sup>62</sup> Ibidem p. 45

<sup>63</sup> Ibidem p. 46

entender não são versículos da Bíblia uma vez que em política não tem Bíblia, mas sim têm circunstâncias sociais que ditam o seu movimento por um lado ou outro, para centro, para a direita ou para a esquerda.

Na mesma linha Graça<sup>64</sup> considere que os partidos Cabo-Verdianos têm mantido as suas ideologias de base. E assim como Fonseca ressalta que normalmente os Cabo-Verdianos não aderem aos partidos políticos por questões ideológicas, pois muitas vezes consideram-se de um determinado partido e não sabem porquê.

#### **x. A adaptabilidade dos partidos face às mudanças**

Aguiar (1990), afirma que a necessidade de modernização é um dos efeitos da crise das condições de acção política tradicionais, há que haver cuidado para não deixar que os factores de modernização sejam destrutivos, principalmente quando este efeito destrutivo incide sobre um factor tao importante para o pluralismo democrático e para a acção política como é o partido. No seu entender estamos perante uma inadequação das organizações políticas tradicionais (os partidos) aos novos problemas. Esta inadequação tem para ele duas causas: devido à taxa de insucesso em relação a aquilo que os partidos propõem realizar e pela concorrência de outras entidades que se candidatam a realizar funções que tradicionalmente eram exclusivos dos partidos.

Para Silva<sup>65</sup> em Cabo Verde os partidos políticos não têm conseguido adaptar-se as mudanças que se impõe uma vez que não estão a trabalhar para o bem do povo, mas sim para satisfazer os seus próprios interesses e das suas clientelas, daí a desenfreada corrupção, nepotismo, incumprimento das leis, contribuindo negativamente para o desenvolvimento económico e social do país.

Para Fonseca<sup>66</sup> as mudanças que têm vindo a ocorrer nas sociedades tem vindo a provocar mudanças no seio dos partidos. As dinâmicas interferem na forma como os partidos desempenham o seu papel. Os partidos têm que adaptar as mudanças senão correm o risco de se tornarem em inadaptados, criando dificuldades em desempenhar as suas funções, essa adaptação ocorre no seu entender de forma gradual paulatina, porque

---

<sup>64</sup> Ibidem p. 46

<sup>65</sup> Ibidem p. 45

<sup>66</sup> Ibidem p. 46



a sociedade Cabo-Verdiana tem passado por mudanças profundas nas últimas décadas. Acrescenta ainda que as mudanças que tem vindo a ocorrer nos partidos políticos também ocorrem na própria estrutura interna dos partidos políticos Cabo-Verdianos.

Também para Silveira<sup>67</sup> os partidos têm contribuído para evolução do país na criação de leis que são essências para a evolução tecnológica, para a introdução na sociedade de outros padrões, outros valores, sem a contribuição dos partidos nada disso seria conseguido, tudo que está em Cabo Verde de bom neste momento é uma contribuição que pode ser atribuída ao partido. A aprovação do partido no parlamento de leis e outras disposições que dão acesso a esses valores. O partido tem contribuído com mudança. Temos tido uma evolução positiva clara neste sentido em Cabo Verde.

---

<sup>67</sup> Ibidem p.46

## CONCLUSÃO

Chegamos à conclusão que a maioria dos cientistas a nível internacional diagnosticaram uma crise dos partidos na época contemporânea, principalmente nas democracias avançadas, no entanto, existem posições dos que consideram um exagero falar na crise dos partidos, preferindo falar sobre uma transformação dos partidos ou mesmo inadaptabilidade desses face a novas mudanças que têm vindo a ocorrer nas sociedades, nomeadamente desde a revolução industrial.

Como forma de responder a nossa pergunta de partida, definimos três hipóteses de trabalho. Em relação à primeira hipótese: Estamos perante uma crise de partidos políticos em Cabo Verde. Tendo em conta o debate teórico sobre a crise dos partidos políticos a nível internacional, da análise dos dados, da opinião dos entrevistados, utilizamos as variáveis previamente definidas (Identificação partidária, modernização, desvinculação ideológica, abstenção eleitoral, mediatização e política), para comprovar ou refutar esta hipótese.

Verificamos que esta hipótese se confirma, ou seja, a maioria das variáveis utilizadas no trabalho confirma esta tendência. Estamos perante o fim das ideologias em Cabo Verde, porém constatámos que pode-se falar em mudanças de estratégias que vão no sentido de captar atenção de um maior número de eleitorado. E neste sentido que se fala de um deslocamento mais para o “centro”, identificados como sendo partidos do tipo catch all. Este fenómeno de deslocamento é dado no sentido em que procura abranger um maior número possível do eleitorado. Constatamos que o deslocamento do espectro ideológico pode não ser definitivo uma vez que faz parte de uma estratégia, e as estratégias mudam consoante a conjuntura.

Ao analisar a participação política dos Cabo-Verdianos, verificamos que ela é muito fraca. Deste ponto de vista verifica-se uma crise dos partidos políticos no sentido em que estes não têm mostrado capacidade de incentivar a participação política que constitui uma das principais funções que estes devem desempenhar numa Democracia. Também verificamos que o nível de confiança dos Cabo-Verdianos perante as instituições também está muito baixos, principalmente em relação aos partidos políticos uma vez que estes são as organizações que menos gozam da confiança da parte dos Cabo-Verdianos. Tendo em conta as causas dessa desconfiança, como por exemplo, o

incumprimento de promessas, não satisfação dos interesses colectivos em prol dos interesses partidários concluímos claramente que se trate de uma crise funcional dos partidos políticos, na medida em que estes não cumprem com o seu papel que é de representar aqueles a que os elegerem.

Em relação à filiação partidária, os dados conseguidos, abrangem apenas os anos de 2002, 2005 e 2008 acerca da identificação com os dois maiores partidos, PAICV e MPD. Constatamos que em Cabo Verde a maior parte dos Cabo-Verdianos se identificam com esses dois partidos, ainda que de forma ligeira no geral tem-se aumentado o número de pessoas que se identificam com os partidos políticos. Em relação a esta variável Cabo Verde não se compare com os países a nível internacional onde apontam para uma diminuição acentuada da filiação partidária.

Também relativamente aos meios de comunicação em Cabo Verde é de ressaltar que têm desenvolvido bastante, porém ainda existe algumas dificuldades a serem ultrapassados. Não deixam de constituir um risco aos partidos políticos, na medida em que desenvolve o espírito crítico da sociedade. Neste sentido a mediatização política não pode ser considerado um risco aos partidos políticos, mas sim um desafio. Portanto em Cabo Verde não se pode falar da mediatização política como sendo um factor de crise dos partidos políticos, mas sim da partidarização mediática o que constitui ainda um elemento mais perigoso na medida em que põe em risco a própria Democracia.

Em Cabo Verde e em nenhuma democracia acreditamos que os partidos políticos correm o risco de serem substituídos por outras organizações uma vez que nenhuma delas tem a capacidade de desempenhar as funções que estas desempenham, portanto, já não se trataria de uma democracia, todavia, neste sentido pode-se falar do clientelismo ou patronagem política vinculado a uma percepção acerca da corrupção, que, quando estes são levados a satisfazer os interesses dessas organizações o que demonstra claramente uma crise dos partidos políticos.

Em relação à segunda Hipótese levantada: Não estamos perante uma crise dos partidos políticos, mas sim perante uma transformação dos partidos perante as mudanças que ocorrem na sociedade Cabo-Verdiana.

Verificamos que esta hipótese não se confirma na sua totalidade, uma vez que, na hipótese anterior se confirma que os partidos Cabo-Verdianos estão em crise. Porém,

por outro lado, reconhecemos que se pode falar em uma transformação dos partidos, ou seja, procuram acompanhar a evolução no sentido de se adaptar a sociedade e acompanhar as mudanças a nível Internacional. A democratização política é um dos maiores exemplos dessa adaptação por parte dos partidos Cabo-Verdianos.

Verificamos também um problema por parte do próprio Cabo-Verdiano em reconhecer o trabalho desempenhado pelos partidos políticos ao longo dos tempos em Cabo Verde principalmente quando o partido no governo não se trate daquele a que se identifica. Como dizia Michels no prefácio da sua obra para uma sociologia dos partidos políticos “há pessoas que, sobretudo, em coisas da política ou da religião, não conseguem ouvir opiniões diversas da sua sem que o coração lhes comece a palpar poderosamente”. Segundo ele não é preciso disputar com elas uma vez que as palpitações excluem o trabalho das ideias.

Numa terceira e última hipótese, consideramos que os partidos políticos são elementos de vital importância perante o regime democrático Cabo-Verdiano.

Esta hipótese se confirma na sua totalidade, pois não há dúvidas de que os partidos políticos são de extrema importância nos regimes democráticos, não pode haver democracia sem partidos políticos. Na impossibilidade de haver uma democracia directa, os partidos até hoje se apresentam como os únicos capazes de representar o povo, de criar e implementar políticas com vista no desenvolvimento e no bem-estar político, social e económico de todos os cidadãos. Em Cabo Verde todos os partidos políticos desde sempre lutaram para o desenvolvimento do país. Tem criado condições para que seja garantido a todos os Cabo-Verdianos uma vida digna. Não obstante as suas fragilidades, de uma forma geral o seu contributo para a criação e consolidação para a democracia é bem visível em Cabo Verde.

Apesar de uma onda de pessimismo por parte das populações a nível mundial, como de muitos cientistas políticos, ao apontarem os dedos aos partidos políticos como sendo o causador de todos os males da democracia, é consensual a ideia de que os partidos políticos são as únicas instituições capazes de representar a sociedade, de desempenhar as funções que estes desempenham, portanto consideram impossível a existência de uma democracia sem os partidos políticos. Cabo Verde não é uma excepção. Mesmo verificando que a maioria das pessoas não confia nos partidos

políticos verifica-se que a identificação partidária tem aumentado em Cabo Verde. Ainda que a maioria dos Cabo-Verdianos consideram a democracia Cabo-Verdiana uma democracia com problemas, acreditam que seja o melhor regime político.

Tendo em conta que se pode falar na crise das instituições quando estas não conseguem dar respostas de forma eficaz e satisfatória, não podemos deixar de concordar com aqueles que diagnosticam a crise dos partidos após identificar essas anomalias nos partidos. Também por outro lado, concordamos com aqueles que mesmo apontando as mesmas anomalias, não consideram que se pode falar de uma crise dos partidos políticos, mas sim de um processo de transformações/ mudanças que está a ocorrer nas sociedades modernas assim como no próprio interior dos partidos a que apenas necessita de uma adaptação. Foi neste sentido que ao analisar os partidos políticos em Cabo-Verde, verificamos que os partidos não sofrem no seu todo das mesmas anomalias apontadas por aqueles que consideram que se esta perante uma crise dos partidos políticos na época contemporânea. Porém de acordo com as suas especificidades e de todos os problemas detectados, fica claro que se esta perante uma crise dos partidos políticos em Cabo Verde.

Todavia ainda concluímos que também se pode falar numa crise de expectativas, uma vez que os Cabo-Verdianos esperam mais dos partidos políticos do que aquilo que estes podem assegurar com continuidade.

Durante o trabalho pudemos concluir que os principais desafios dos partidos políticos consistem em trabalhar no sentido de diminuir no máximo a atenção eleitoral, incentivando a participação política dos Cabo-Verdianos. Promover formações a sociedade civil e consequentemente um maior nível de cultura política e educação para a cidadania dos Cabo-Verdianos. Os partidos têm que investir numa maior aproximação da sociedade civil, pois quanto menos for o contacto directo com os eleitores mais distantes estes ficarão dos partidos e daí ainda resulta um conjunto de factores adversos à própria democracia Cabo-Verdiana. Hoje, diante de tanta dificuldade em construir uma cidadania activa, os partidos tem que promover o activismo dos seus filiados, principalmente na sua interacção permanente com a sociedade civil.

Há uma necessidade de trabalhar com mais ética e responsabilidade, como forma de diminuir o descontentamento dos Cabo-Verdianos com os partidos e ao desempenho da democracia, afim de institucionalmente levar a consolidação da democracia.

De todo conclui-se que, o diagnóstico da crise dos partidos políticos pode ser visto também pelo lado positivo, na medida em que obrigam os partidos políticos a mudarem a sua acção, eliminando assim no máximo os aspectos negativos que são considerados um risco para a nossa democracia. Pois todos esses problemas se não controlados a tempo podem ir causando o efeito de uma bola de neve, chegando a um ponto onde dificilmente possa haver soluções.

É de ressaltar que o nosso objectivo não constitui em nenhum momento em difamar os partidos políticos, nem defender um determinado partido em detrimento de outro, porque este trabalho foi desenvolvido com toda a imparcialidade que a ciência exige. Todo o trabalho foi desenvolvido com muito entusiasmo e dedicação não obstante as fragilidades encontradas, tendo em conta a complexidade do tema a nível internacional e o facto de ser um tema nunca abordado em Cabo Verde. Esta complexidade foi percebida também através das entrevistas que fizemos, uma vez que cada um tem a sua opinião, embora por vezes conseguíssemos encontrar pontos em comum. Os estudos sobre os partidos políticos em Cabo Verde ainda são muito poucos, portanto considera-se uma área que precisa ainda ser explorada. São muito poucos os dados em Cabo Verde que nos permitiu analisar o estado dos partidos políticos, por isso cingimos na maior parte do trabalho a fazer uma análise descritiva, com vista à verificação das hipóteses. Dado a importância e pertinência do tema recomenda-se que este assunto seja tratado em investigações futuras uma vez que, tratando-se de uma monografia, não foi possível aprofundar o tema, nem analisar de forma aprofundada as variáveis definidas.

## BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, J. (1990). As funções dos partidos nas sociedades modernas. In: *Análise Social*, vol. XXV (107), (3.º), pp.287-331. [Em linha]. Disponível em: < <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223034142C8oFR2qk4Eq89YH8.pdf>>. [consultado em 27/01/2014].
- ANDREIS, T. (2008). *A tese do partido cartel: Revisitando o debate*. [Em linha]. Disponível em < <http://www.pucrs.br/eventos/sios/download/gt5/Andreis>>. [consultado em 02/02/2014]
- BOBBIO, N. (1999). *As ideologias e o poder em crise*. 4 ed. Brasília, UNB.
- BOBBIO, N. PASQUINO, G. (1998). *Dicionário de Política*. Brasília, Editora UNB.
- BONAVIDES, P. (1994). *Ciência Política*. São Paulo, Malheiros editores.
- COSTA, H. (2010). Crise dos partidos e a transformação dos Governos representativos. *Revista Cronos*, v.11, n1 pp. 274-294. [Em linha]. Disponível em< <http://ufrn.emnuvens.com.br/cronos/article/view/1700>> [ Consultado em 04/02/2014]
- COSTA, S. (2013). Sociedade civil e Qualidade da Democracia em Cabo Verde: entre a letárgica cívica e a onnipresença do leviatã. In: SARMENTO, C. e COSTA, S. *Entre Africa e a Europa, Nação, estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra, Almedina, pp.273- 329.
- COUTINHO, E. (2012) Partidos Políticos: Inevitabilidade ou nocividade?- uma reflexão Rousseauiana. *Revista (ISSN 2182-7567)*, nº 12, pp.7319-7355 [Em linha]. Disponível em < [http://www.idb-fdul.com/uploaded/files/2012\\_12\\_7319\\_7355.pdf](http://www.idb-fdul.com/uploaded/files/2012_12_7319_7355.pdf)> [consultado em 04/02/2014]
- CUNHA, P. (2007). *Repensar a política, Ciência e ideologia*. Coimbra, Almedina.
- DUVEGER, M. (1976). *Les partis politiques*. Paris, Librairie Armand Colin.
- ÉVORA, R. (2004). *Cabo Verde a abertura política e a transição para a democracia em Cabo Verde*. Praia, spleen editora.

----- (2013). Cabo Verde: Democracia e Sistema de Governo. In: SARMENTO, C. e COSTA, S. *Entre África e a Europa, Nação, estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra, Almedina, pp. 233-248.

ÉVORA, S. (2013). Liberdade de imprensa e pluralismo Democrático em Cabo Verde: Galgando Margens e Fronteiras. In: SARMENTO, C. e COSTA, S. *Entre África e a Europa, Nação, estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra, Almedina, pp.449-474.

FERNANDES, A. (2008). *Introdução a Ciência Política, métodos e temáticas*. Portugal, Porto editora.

FORTIN, M. (1999). *O processo de investigação da concepção a realização*. Lisboa, Lusociência.

FREIRE, A. LOBO, M., MAGALHÃES, P. (2007). *Eleições e Cultura Política*. Lisboa, ICS.

FREIRE, A. (2006). *Esquerda e Direita na Política Europeia*. Lisboa, ICS

FURTADO, C. (1997). *Génese e (Re) Produção da classe dirigente em Cabo Verde*. Instituto Cabo-Verdiano do livro e do Disco.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. (2005). *Crise e Reforma da Democracia*. Lisboa, Colibri.

LISI, M. (2009). *A arte de se indispensável*. Lisboa. ICS

LISI, M. (2011). *Os Partidos Políticos em Portugal continuidade e transformação*. Coimbra, Almedina.

LOPES, F. e FREIRE, A. (2002). *Partidos Políticos e sistemas eleitorais*. Oeiras, Celta editora.

MAIR, P. (2003). Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, vol. XXXVIII (167), 2003, 277-293. [Em linha]. Disponível em <  
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218738808O9jEJ7wj1Ds10DV6.pdf>>  
[consultado em 28/01/2014].



MARTINS, M. (2004). *Participação Política e Democracia: O caso Português (1976-2000)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Universidade técnica de Lisboa).

MATOS, R. (2001). *As ONG (D) e a crise do estado soberano*. Lisboa, Universidade técnica de Lisboa.

MEZZAROBÀ, O. O estado de Partidos como alternativa para a crise do modelo de representação política. *Revista paradigma ciências jurídicas UNAERP*, pp. 120-129.[Em linha]. Disponível em <<http://www9.unaerp.br/revistas/index.php/paradigma/article/view/46>> [consultado em 03/03/2014].

MICHELS, R. (2001). *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia Moderna*. Lisboa: Antígona.

MONTEIRO, J. (2003). *Poder e obediência, uma teoria do consentimento*. Lisboa, Universidade técnica de Lisboa.

MORAIS, el al. *Crise da democracia representativa: Enfraquecimento dos partidos políticos, Fortalecimento dos grupos de pressão e a necessidade de reformulação política do estado*. [em linha]. Disponível em <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista5/5rev5.htm>>.[consultado em 07/02/2014]

MOREIRA, A. (2009). *Ciência Política*. 4 ed, Coimbra, Almedina.

PASQUINO, G. (2002). *Curso de ciência Política*. Cascais, Principia.

PINA, L. (2013). Tendências de cultura Política, Democratização e Esfera Pública em Cabo Verde, In: SARMENTO, C. e COSTA, S. *Entre África e a Europa, Nação, estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra, Almedina, pp. 331-334

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*, Gradiva, Lisboa.

RAMOS, A. (2012). *Partidos Políticos na Democracia Cabo-Verdiana: Um estudo de caso (1991-2011)*. Praia. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. [Em linha].

Disponível em < <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/2545>>  
[consultado em 04/02/2014]

RIBEIRO, R. (2013). *Marx Weber e a crise representacional dos partidos contemporâneos*. [Em linha].

Disponível em <[http://www.ffch.usp.br/dcp/assets/docs/III\\_SD\\_2013/Mesa\\_4.2 - Ricardo Ribeiro III\\_SD\\_2013.pdf](http://www.ffch.usp.br/dcp/assets/docs/III_SD_2013/Mesa_4.2_-_Ricardo_Ribeiro_III_SD_2013.pdf)>. [consultado em 02/02/2014]

ROSAS, J. e FERREIRA, A. (2013). *As ideologias políticas contemporâneas, mudanças e permanências*. Coimbra, Almedina.

SILVA et al. (2011). Análise comparativa: organizações do sistema político partidário-PT, DEM, PSDB. *Revista Electrónica. Ciências Sociais, Vitória: CCHN, UFES*, Edição n.10, v.1. [Em linha]. Disponível em <<http://www.periodicos.ufes.br/sinais/article/viewFile/2818/2285>> [consultado em 28/01/2014].

SANTO, P. (2011). *Sociologia Política e Eleitoral. Modelos e Explicações de Voto*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Políticas.

SILVA, M. e ALVES, D. (2010). *Noções de Direito Constitucional e ciência Política*. Rei Livros.

TEIXEIRA, D. (2005). *Marketing Político e eleitoral, uma proposta com ética e eficiência*. Rio de Janeiro. Novo Seculo editora.

TEIXEIRA, M. (2009). *O Povo semi-soberano partidos políticos e recrutamento parlamentar em Portugal*. Coimbra. Almedina.

TORRES, A. e ANTUNES, A. (2011). *O Regresso dos Partidos*. 2 ed. Lisboa, Ancora.

VALLÉS, J. (2002). *Ciencia Política una introduction*. Barcelona, Editorial Ariel S,A.

VIEGAS, J, PINTO, A. e FARIA, S. (2004). *Democracia novos desafios e novos horizontes*. Celta Editora.

**Dados da Comissão Nacional das Eleições:**

Resultados das Eleições Legislativas de 13 de Janeiro de 1991, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Suplemento, N.º 3, 25 de Janeiro de 1991.

Resultados das Eleições Legislativas de 17 de Dezembro de 1995, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 52, 27 de Dezembro de 1995.

Resultados das Eleições Legislativas de 14 de Janeiro de 2001, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 2, 22 de Janeiro de 2001.

Resultados das Eleições Legislativas de 22 de Janeiro de 2006, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 11, 14 de Março de 2006.

Resultados das Eleições Legislativas de 6 de Fevereiro de 2011, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 7, 19 de Fevereiro de 2011.

**Páginas da internet:**

<http://www.afrobarometer.org/fr/>

[http://www.mpd.cv/index.php?option=com\\_content&view=article&id=226:armadilha-ideologica-em-cabo-verde&catid=12&Itemid=275](http://www.mpd.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=226:armadilha-ideologica-em-cabo-verde&catid=12&Itemid=275).

[http://www.mpd.cv/index.php?option=com\\_content&view=article&id=226:armadilha-ideologica-em-cabo-verde&catid=12&Itemid=275](http://www.mpd.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=226:armadilha-ideologica-em-cabo-verde&catid=12&Itemid=275)

## ANEXO

### Guião de entrevista:

1. Várias são as funções que os partidos desempenham nos regimes democráticos. Será que em Cabo Verde os partidos políticos desempenham bem as suas funções? Poderia se falar em infidelidade partidária em Cabo Verde?
2. Como se sabe as sociedades não são estáticas, antes pelo contrário estão em permanente evolução/mudanças, que tem repercutido em todos os níveis (desde as mudanças de valores, costumes, tecnologia, educação, entre outros e, Cabo Verde não é uma excepção. Será que os partidos políticos em Cabo Verde tem conseguido adaptar as mudanças ocorridas nos últimos tempos?
3. Alguns estudos têm vindo a medir o grau de satisfação dos cidadãos em relação às instituições, desses podem constatar que, de todas as instituições em Cabo Verde são os partidos políticos que menos gozam da confiança dos Cabo-Verdianos. Do seu ponto de vista, o que está por detrás desta insatisfação dos Cabo-Verdianos perante os partidos políticos?
4. Muitos autores apontam para alguns riscos que os partidos estão a enfrentar na actualidade, como por exemplo, a perda das funções tradicionais dos partidos políticos em detrimento de outras instituições (grupos de pressão), que estes podem mesmo vir a ser substituído por essas organizações. Na sua opinião, será que os partidos políticos Cabo-Verdianos correm este risco? Poderia de alguma forma imaginar uma Democracia sem partidos políticos?
5. Hoje em dia os media são considerados o quarto poder, pois tem vindo a desempenhar um papel muito importante em todos os Estados Democráticos. Diante desta evolução estrondosa dos meios de comunicação muitos têm afirmado que constituem um dos maiores desafios ou mesmo perigos para os partidos políticos na actualidade. Acredita que isto possa constituir uma realidade, em Cabo Verde?
6. Hoje em dia é constante entre os debates dos cientistas políticos, o facto de estarmos a viver uma época em que as ideologias já não fazem sentido, que os partidos políticos já não seguem os princípios ideológicos, chegando mesmo a afirmar o fim das ideologias políticas. Qual seria a sua opinião em relação a este

assunto? Como considere a posição dos partidos políticos Cabo-Verdianos em termos ideológicos?

7. Os partidos políticos têm incentivado a participação política dos Cabo-Verdianos?
8. Nos nossos dias como considera o papel dos filiados em relação aos partidos políticos?
9. São muitos os cientistas políticos que têm apontado para uma crise dos partidos políticos na época contemporânea? No seu entender poderia se falar em crise dos partidos políticos em Cabo Verde?
10. Na sua opinião quais seriam as condições a serem criadas em Cabo Verde que permitiria a entrada no campo político Cabo-Verdiano de mais partidos políticos, acabando assim com a bipolarização existente em Cabo Verde?